

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

Diego da Silva Dias

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM PERFIL DOS CIRURGIÕES
DENTISTAS**

Porto Alegre

2013

DIEGO DA SILVA DIAS

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO: UM PERFIL DOS CIRURGIÕES
DENTISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jairo Laser Procianoy

Porto Alegre

2013

AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelo incentivo e pela força.

A minha irmã, pela amizade e companheirismo.

A minha madrinha Jeanette pelos anos de convivência e de mimos.

A minha namorada, pela compreensão, apoio e parceria.

Aos familiares e amigos, pela torcida e pelo carinho e pelos momentos em que estive ausente.

Ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Jairo Laser Procianoy, pela prontidão e dedicação dispensadas.

Aos professores do Curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela sua ímpar capacidade de transmissão de conhecimento.

"If you believe in yourself, just do it"

Laird Hamilton

RESUMO

Este estudo objetiva a produção de uma base acerca do conhecimento financeiro e de endividamento dos cirurgiões dentistas, profissionais liberais, possibilitando sua aplicabilidade aos que tiverem dificuldades em gerir suas finanças, aos que almejam mapear os seus hábitos de consumo, aos que pretendem criar alicerces para investimento e aumento de patrimônio, entre outros. Considerando alguns impactos resultantes da falta de educação qualificada na área sobre a vida dos profissionais e coletando dados sobre o perfil financeiro de Cirurgiões Dentistas do Rio Grande do Sul – Brasil, foi possível identificar alguns padrões de comportamento sobre sua relação com finanças pessoais. Diante deste cenário inicialmente apresenta-se uma literatura com conceitos básicos e fundamentais para quem pensa que mais que ganhar muito, o importante é dar um destino correto para o que se ganha. Elaborou-se um questionário no *Google Docs*, contendo 42 questões fechadas, que posteriormente foi enviado a um grupo de uma rede social composto pelo público alvo. A amostra foi composta pelos 126 questionários respondidos pelos Cirurgiões Dentistas em atividade no Rio Grande do Sul. Os resultados são apresentados em gráficos no formato percentual. A principal conclusão é que apesar da amostra ser composta de pessoas com nível superior, o domínio de conceitos básicos de finanças e principalmente o endividamento não difere da média da população, ou seja há carência de conhecimento e somado a isso hábitos que levam muitas pessoas a se endividarem. Isso mostra que há espaço e necessidade de mais estudos a cerca do tema e também há possibilidade de se realizar um trabalho de educação financeira e planejamento financeiro para o grupo analisado.

Palavras-chave: Finanças Pessoais, Educação Financeira, Planejamento Financeiro, Orçamento Pessoal.

ABSTRACT

This study aims at the production of a base about financial literacy and debt of dentists, professionals, enabling its applicability to those who have difficulty managing their finances, that aims to map their habits of consumption, those who want to build foundations for investment and increase equity, among others. Whereas some impacts resulting from lack of qualified education in the area on the lives of professionals and collecting data about the financial profile of Dental Surgeons of Rio Grande do Sul - Brazil, it was possible to identify some patterns of behavior on its relationship with personal finances. Given this scenario presents an initial literature with basic and fundamental to who you think you gain much more, it is important to give a correct destination for what you get concepts. We developed a questionnaire in *Google Docs*, containing 42 closed questions, which was later sent to a group of a social network composed by the audience. The sample consisted of 126 questionnaires answered by Surgeons at work in Rio Grande do Sul. The results are presented graphically in percentage format. The main conclusion is that although the sample is composed of people with higher education, mastery of basic finance concepts and especially the debt does not differ from the population mean, there is a lack of knowledge and added to this habits that lead many people to to borrow. This shows that there is room and need for more research about the subject and there is also a possibility of performing a job of financial education and financial planning for the group analyzed.

Keywords : Personal Finance , Financial Education , Financial Planning , Personal Budget .

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Patrimonial	23
Tabela 2 - Orçamento	48
Tabela 3 - Tabela de incidência do IR sobre CDB.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Balanço Patrimonial.....	34
Figura 2 - Demonstração do Resultado Mensal.....	36
Figura 3 - Risco de Mercado.....	54
Figure 4 - Hierarquia de liquidez de ativos.....	55
Figura 5 - Liquidez dos Ativos	58
Figura 6 - Risco - Retorno.....	59
Figura 7 - Risco - Retorno - Prazo - Objetivos	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atitudes e hábitos relacionados ao conhecimento de finanças	25
Quadro 2 - Classificação de perfil de investidor.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados.....	71
Gráfico 2 - Idade dos entrevistados.....	71
Gráfico 3 - Grau de escolaridade	72
Gráfico 4 - Tempo de formado	72
Gráfico 5 - Qual sua ocupação principal?.....	73
Gráfico 6 - Qual é a sua principal fonte de renda?.....	73
Gráfico 7 - Qual a sua faixa de renda mensal?.....	74
Gráfico 8 - Como você se sente a respeito dos conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?	75
Gráfico 9 - Forma menos eficiente para conseguir recursos em caso de emergência	76
Gráfico 10 - Despesas Financeiras	77
Gráfico 11 - Custo do dinheiro	78
Gráfico 12 - Custo do dinheiro e despesas – pessoal.....	78
Gráfico 13- Juros Compostos	79
Gráfico 14 – Aposentadoria.....	80
Gráfico 15 - Risco e preferência de investimento	81
Gráfico 16 - Renda x Disponibilidade de investimento	82
Gráfico 17 - Renda x Volume de investimento.....	83
Gráfico 18 - Ocupação x Disponibilidade de investimento.....	84
Gráfico 19 - Renda x Cobertura do padrão de vida (em meses)	85
Gráfico 20 - Renda x Controle financeiro	86
Gráfico 21 - Endividamento x Controle financeiro	86
Gráfico 22 - Renda x Endividamento	87
Gráfico 23 - Renda x % de comprometimento com dívidas.....	87
Gráfico 24 - Endividamento x % de comprometimento da renda.....	88
Gráfico 25 - Endividamento x Hábito de pagamento.....	89
Gráfico 26 - Endividamento x Dívidas em atraso	89
Gráfico 27 - Endividamento X Repactuação de dívidas.....	90
Gráfico 28 - Endividamento X Uso do crédito para aumentar a renda	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC – Banco Central

PEIC – Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LER – Lesão por Esforços Repetitivos

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionado ao Trabalho

ODCE – Organização para Cooperação, Desenvolvimento Econômico

CDC – Crédito Direto ao Consumidor

CDB – Certificado de Depósito Bancário

TR – Taxa Referencial

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

IR – Imposto de Renda

LTN – Letra do Tesouro Nacional

LFT – Letra Financeira do Tesouro

NTN – Nota do Tesouro Nacional

IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

JSCP – Juros Sobre o Capital Próprio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA DE ESTUDO	13
2 JUSTIFICATIVA	20
3 OBJETIVOS	21
3.1 OBJETIVO GERAL.....	21
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
4 REVISÃO TEÓRICA	22
4.1 FINANÇAS	22
4.1.1 Finanças Empresariais	22
4.1.2 Finanças Pessoais	24
4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA	26
4.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	30
4.3.1 Balanço Patrimonial	33
4.3.1.1 Ativo	34
4.3.1.2 Passivo.....	34
4.3.1.3 Patrimônio Líquido.....	34
4.3.2 Demonstração De Resultado Mensal	34
4.3.3 Análise Financeira	36
4.3.3.1 Liquidez	36
4.3.3.2 Solvência.....	38
4.3.4 Índices Para Análise Da Situação Atual	39
4.3.4.1 Índice De Liquidez	30
4.3.4.2 Índice De Solvência.....	41
4.3.4.3 Índice De Cobertura Das Despesas Mensais.....	41
4.3.4.4 Índice De Endividamento.....	42
4.3.4.5 Índice De Poupança	42
4.3.5 Orçamento Pessoal	43
4.3.5.1 Função	44
4.3.5.2 Objetivos	44
4.3.5.3 Vantagens e Limitações	44
4.3.5.4 Receitas e Despesas.....	45

5 MERCADO DE CRÉDITO	49
5.1 CRÉDITO	49
5.1.1 Cheque Especial	49
5.1.2 Cartão De Crédito	49
5.1.3 Crédito Direto Ao Consumidor (CDC)	50
6 INVESTIMENTOS	51
6.1 OBJETIVOS	51
6.2 RISCO	52
6.2.1 Risco Do Negócio	52
6.2.2 Risco De Mercado	53
6.2.3 Risco De Crédito	53
6.2.4 Risco De Liquidez	53
6.2.5 Risco De Perda Do Poder De Compra – Inflação	54
6.3 PERFIL.....	54
6.4 LIQUIDEZ.....	56
6.5 RETORNO	57
7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA	60
7.1 CADERNETA DE POUPANÇA	60
7.2 CDB.....	62
7.3 TESOURO DIRETO	62
7.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	63
7.4.1 Funcionamento Dos Fundos	64
7.4.2 Custos	64
7.4.3 Tipos De Fundos De Investimentos	64
7.5 AÇÕES.....	65
7.5.1 Tipos De Ações	66
<i>7.5.1.1 Ordinárias</i>	<i>66</i>
<i>7.5.1.2 Preferenciais</i>	<i>66</i>
7.5.2 Rentabilidade	66
<i>7.5.2.1 Dividendos</i>	<i>66</i>
<i>7.5.2.2 Juros Sobre O Capital próprio (JSCP)</i>	<i>67</i>
<i>7.5.2.3 Bonificação Em Ações</i>	<i>67</i>
<i>7.5.2.4 Bonificações Em Dinheiro</i>	<i>67</i>

7.5.2.5 Direitos De Subscrição	67
8 METODOLOGIA DE ESTUDO	68
8.1 PRÉ-TESTE	68
8.2 AMOSTRA DA PESQUISA	69
8.3 COLETA DOS DADOS.....	69
8.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	70
8.4.1 Metodologia Da Análise	70
8.5 RESULTADOS	70
8.5.1 Perfil Da Amostra	70
8.5.2 Conhecimento Financeiro	74
8.5.3 Perfil Financeiro	80
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	93
Anexo 1 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA - Pesquisa sobre Finanças Pessoais	97

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa a respeito do conhecimento financeiro e endividamento dos cirurgiões dentistas. O assunto delimitado permeia áreas de conhecimento afins, tais como finanças pessoais, educação financeira, planejamento financeiro, orçamento pessoal e investimentos.

O conhecimento financeiro permite um planejamento eficaz dos recursos e um controle de despesas os quais, em equilíbrio, formam o alicerce para que a independência financeira seja atingida e conseqüentemente uma estabilidade frente a situações de revés. Após a estabilidade da moeda, trazida pelo plano real (1994) e principalmente na última década o assunto planejamento financeiro é freqüentemente explorado pela mídia e na literatura especializada bem como serviços e softwares de apoio surgiram no mercado voltado para pessoas físicas.

O objetivo do trabalho é analisar o perfil de educação financeira e do endividamento dos cirurgiões dentistas.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA DE ESTUDO

Os temas finanças, planejamento financeiro, educação financeira e endividamento estão presentes no cotidiano da população e dado a importância do assunto se faz necessário um conhecimento sobre o mesmo. A elaboração de um orçamento, abordando itens de receitas e despesas, planejamento de compras, escolha das formas de pagamento (à vista ou a prazo) e optando pela opção parcelamento, uma análise correta da fonte mais adequada para o financiamento considerando os custos e prazos da transação.

“Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo” (BODIE; MERTON, 2002, p. 32). O planejamento financeiro é fundamental e uma das premissas básicas para a construção e posterior consecução do mesmo é o conhecimento financeiro advindo da educação. No entanto, o objetivo da educação financeira não é enriquecer e sim entender o funcionamento do dinheiro e apresentar os diversos caminhos que podem ser traçados (MACHADO, 2011).

O uso da educação financeira é o de buscar uma independência financeira, independência relevante, principalmente, para profissionais liberais que dependem as vezes exclusivamente da sua força de trabalho para manterem suas receitas e conseqüentemente seu padrão de vida. Conforme Cerbasi (2009) *apud* Machado (2011) o indicador de independência financeira traduz resumidamente qual o valor que se deve ter reservado para que os gastos sejam cobertos pelos rendimentos dos investimentos. Chamado de Patrimônio Necessário para a Independência Financeira, ele é calculado pela divisão dos gastos médios anuais, pela rentabilidade líquida anual dos investimentos. Esse indicador visa traduzir, de maneira simples, alguns conceitos de finanças importantes.

O endividamento pessoal não está diretamente ligado a renda do indivíduo, e sim a forma como ele administra as suas receitas e despesas (CERBASI, 2003). Esse endividamento, geralmente, ocorre pelo desconhecimento financeiro e pelo padrão de consumo imposto pela sociedade onde as pessoas tendem a consumir certos produtos em busca status e de identificação a grupos sociais.

No Brasil, no entanto, apesar de dados mostrarem que temos uma grande parte da população com acesso aos serviços bancários (bancarização), o uso efetivo da poupança é baixo. Segundo reportagem publicada no Folha Invest (16 set. 2013), a partir de um relatório do FMI e Banco Mundial, mais da metade dos brasileiros adultos tem conta bancária, porém apenas dois em cada dez economizam dinheiro. O Relatório, do FMI e do Banco Mundial, destaca que apesar da bancarização ser de 59% contra 39% dos países da América Latina, o nível de poupança formal brasileiro é de metade do encontrado nesses países. Segundo esse mesmo relatório, os produtos de crédito tiveram uma rápida expansão e se tornaram mais difundidos do que os da poupança, criando um nível potencial para endividamentos pouco saudáveis, principalmente para a população de baixa renda. A importância da poupança é indiscutível e recomendável para ampliar os investimentos no país e impulsionar o crescimento econômico, segundo o professor do Insper, Ricardo Rocha (folha invest, 16 set. 2013).

O uso indiscriminado do crédito e de instrumentos financeiros sem conhecimento leva muitas vezes o indivíduos e famílias e se endividarem e terem problemas financeiros. Em notícia veiculada no jornal O Estado de S.Paulo (30 jul. 2013) o endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro havia crescido pelo quinto mês consecutivo em maio e atingia novo recorde, tendo o valor

total das dívidas correspondido a 44,52% da renda do trabalhador nos últimos 12 meses, segundo dados do Banco Central, em comparação a 44,20% em abril, recorde anterior. Ainda segundo o jornal, a maior parte desse endividamento se referia a despesas com prestações da casa própria que se fossem descontadas rebaixariam o endividamento para 30,44% da renda igualando o percentual de abril. Novamente em dados do BC referente ao mês de junho, tivemos um novo recorde do endividamento das famílias atingindo 44,82% da renda do trabalhador (nos últimos 12 meses), ante 44,52% em maio (recorde anterior). No fim de 2013, estava em 43,41%. Em junho de 2012, em 43,18%.

Por esses dados podemos ver que o nível de endividamento está comprometendo quase metade da renda do trabalhador brasileiro. Aliado ao alto endividamento temos a inadimplência. O percentual de famílias que se declararam endividadas de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) divulgada em agosto pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu em agosto para 63,1%, em comparação aos 65,2% de julho. No entanto, em comparação com agosto de 2012, houve alta de 3,3 pontos percentuais. Em agosto, 21,8% dos entrevistados disseram que têm dívidas ou contas em atraso (contra 22,4% em julho e 21,3% em agosto de 2012. A Peic mostra ainda que 7% dos entrevistados disseram não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso, uma queda na comparação com julho passado (de 7,4%) e com agosto de 2012 (de 7,1%).

Dos vilões pelo cenário, o cartão de crédito continua sendo o principal tipo de dívida, como apontam 74,5% das famílias endividadas, seguido por carnês (17,3%) e financiamento de carro (12,8%). Para as famílias que ganham até dez salários mínimos, 64,8% tinham dívidas em agosto, contra 66,4% em julho e 61,1% em agosto de 2012. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos, o percentual de famílias endividadas caiu ao passar de 58,9% em julho para 54,7% em agosto. Em agosto de 2012, o percentual de famílias com dívidas com esse nível de renda era 53,6%. Segundo o estudo, a redução do número de famílias endividadas é compatível com a moderação observada no mercado de crédito e no volume de vendas do comércio, provocada pela menor confiança do consumidor em relação à renda e à inflação.

A necessidade de ter as finanças equilibradas, um nível de consumo saudável, um uso racional do crédito e consequentemente um endividamento sobre

controle permite que o excedente entre receitas e despesas possa ser aplicado em investimentos que contribuam para a formação de uma reserva financeira. Além de poder fornecer no futuro a tão sonhada independência financeira, a reserva financeira ajuda a enfrentar situações inesperadas como desemprego, acidentes, incapacitações (temporárias ou permanentes), morte, desequilíbrios na economia. Também permite a pessoa poder executar projetos, desejados e sonhados, como férias, aquisição de bens e serviços sem a necessidade de contrair empréstimos e financiamentos. A questão da aposentadoria e a possibilidade de manter o padrão de vida adquirido durante a mesma também pressupõem a existência de uma reserva financeira advinda do planejamento financeiro e investimentos.

Se levarmos em consideração todos esses fatores citados acima e adicionarmos o fato da expectativa de vida estar aumentando e hoje, não é incomum, vemos pessoas vivendo após a aposentadoria praticamente o mesmo tempo de vida que foram ativas (30-35 anos), fica evidente a necessidade de um planejamento financeiro para conseguir um futuro, aposentado, estável, sem necessidade de passar necessidade e ter seu padrão de vida diminuído e de depender financeiramente de terceiros. Quando a pessoa tem certa estabilidade na produção dos seus proventos, a segurança advinda é maior, porém não menos importante é a necessidade de se fazer um bom planejamento financeiro para construir uma reserva. Porém na impossibilidade dessa estabilidade, a preocupação e o planejamento são essenciais.

Além de garantir uma aposentadoria tranquila ou um período de férias, há questões mais pontuais e imprevisíveis, muitas vezes, em nossas vidas que podem nos obrigar a parar, mesmo que temporariamente de trabalhar e com isso de gerar renda, por um tempo indeterminado e no qual teremos um custo de vida para manter. A maioria dessas questões são independentes e alheias a nossa vontade como: acidentes, problemas com os instrumentos de trabalho (reforma, manutenção, consertos, troca de aparelhos).

Outro ponto crucial para muitas pessoas é o acontecimento formatura e o destino a seguir posteriormente. Na maioria dos casos as pessoas podem seguir, basicamente, três caminhos e cada um dos caminhos apresenta um investimento inicial necessário e gera uma relação risco-retorno. O primeiro caminho seria o de procurar emprego e se tornar um assalariado, conseguindo muitas vezes uma certa estabilidade e garantias profissionais como férias, décimo terceiro, INSS, FGTS.

Esse caminho em princípio necessita de pouco ou nenhum investimento financeiro por parte do indivíduo, mas por outro lado o ganho, na maioria das vezes, é limitado por contrato. O segundo caminho é o de investir com o objetivo de conseguir um emprego no serviço público. Em virtude da disputa e da concorrência na busca pelos serviços públicos, há a necessidade de um planejamento e um aporte financeiro que permita ao candidato se dedicar, muitas vezes, em tempo integral até conseguir a aprovação. Contudo, a segurança e a estabilidade ocasionada, com a entrada para o serviço público, na maioria das vezes e para muitas pessoas, compensa o investimento prévio a ser feito. O terceiro caminho é provavelmente o que no início necessitará de um planejamento mais elaborado e um investimento financeiro, geralmente, mais elevado em virtude da necessidade de montar uma infra estrutura e mantê-la durante um tempo até o mesmo se tornar auto sustentável. Além disso, a segurança e a estabilidade proporcionada é mais instável que o dos dois primeiros caminhos apresentados. Por outro lado, se a experiência for bem sucedida, os ganhos podem e geralmente são maiores.

Se considerarmos o fato de ser empregado ou seja, em questões salariais, particularmente, os profissionais liberais da área da saúde e mais especificamente os Cirurgiões-Dentistas ocupam uma profissão, que segundo dados do IPEA (2013) sobre as ocupações que mais geraram empregos e que tiveram os maiores ganhos salariais entre os anos de 2009 e 2012 em todo país estavam no topo do ranking. De acordo com os dados do IPEA, considerando as carreiras universitárias, o curso de medicina é o que traz mais vantagens, por oferecer um salário médio mensal de R\$ 8.459,45, o maior entre as profissões, e ter a maior taxa de ocupação (97%) entre as 48 carreiras pesquisadas. A carreira de odontologia ocupou o segundo lugar do ranking com RS 5.367,00.

No entanto, no caso específico dos cirurgiões dentistas que seguirem o terceiro caminho e decidirem pela carreira de autônomos, temos ainda três opções a considerar cada qual com um volume de investimento necessário e com um risco-retorno. A primeira opção seria a de alugar a infra estrutura montada e começar a exercer a profissão. Isso exigiria um baixo nível de investimento e de imobilização de capital diminuindo dessa forma o seu risco. Por outro lado, com horários reduzidos para atender, o número de pacientes seria limitado e conseqüentemente seu retorno financeiro será proporcional.

A segunda opção seria montar em conjunto com um ou mais colegas um consultório ou clínica e diminuir o investimento necessário, diminuindo também o risco do negócio com outros e dividindo os custos operacionais. Como dono de um percentual do negócio os ganhos tenderiam a ser proporcionais a sua porção na sociedade para os casos em que decidam constituir uma empresa, ou proporcional ao número de turnos que o mesmo teria direito caso haja apenas a divisão dos custos do empreendimento.

A terceira opção seria a de abrir um consultório ou clínica sozinho e conseqüentemente arcar, integralmente, com os custos do investimento e com os riscos inerentes ao mesmo. Por outro lado, como o retorno tende a ser atrelado ao risco, os ganhos podem ser maiores caso o negócio seja bem sucedido.

Então, além de garantir uma aposentadoria tranqüila ou um período de férias, ou garantia para eventuais contratempos há a questão ligada ao investimento para exercer a profissão em si. Questões ligadas a aposentadoria e ao investimento na profissão, as vezes são mais objetivas para as pessoas. No entanto, as questões mais pontuais e imprevisíveis que muitas vezes podem nos obrigar a parar, mesmo que temporariamente de trabalhar e com isso de gerar renda, por um tempo indeterminado e no qual teremos um custo de vida para manter são independentes e alheias a nossa vontade (acidentes, problemas com os instrumentos de trabalho - reforma, manutenção, consertos, troca de aparelhos) e precisam também ser consideradas no planejamento financeiro.

No caso particular dos dentistas, uma das maiores causas de abandono e paradas temporárias no exercício a profissão são as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), principalmente com o passar dos anos de atividade profissional que, além de muitas vezes obrigarem a uma parada forçada na atividade laboral ainda crescem custos a vida do profissional com médicos, fisioterapeutas, medicamentos e órteses. As LER/DORT são de acordo com Freeman apud Araújo (2003) a segunda causa de morbidade na população adulta, inclusive no Brasil. Segundo Santos Filho & Barreto (2001) os profissionais de odontologia estão entre os primeiros lugares em afastamentos do trabalho por incapacidade temporária ou permanente, respondendo por cerca de 30% das causas de abandono prematuro da profissão, sendo que a maioria dos quadros descritos pode ser enquadrada entre as DORT.

Para enfrentar essas situações apontadas acima, principalmente as que estão fora do nosso controle e que independem da nossa vontade e as que se referem a investimento para o exercício da profissão, que se faz necessário um conhecimento financeiro, mesmo que básico, advindo com a educação financeira para dar ferramentas capacitando o indivíduo para fazer um planejamento financeiro adequado de forma a atingir seus objetivos equacionando da melhor forma possível a tríade: investimento, risco-retorno. Com base nessas informações o estudo tem como problema de pesquisa a seguinte indagação: qual o perfil de educação financeira e de endividamento dos cirurgiões dentistas do Rio Grande do Sul.

Para responder a pergunta, a fundamentação teórica inicia-se pela revisão da literatura sobre o tema com o intuito de verificar o que tem sido abordado sobre o assunto, após passa-se à aplicação de um questionário ao grupo em estudo.

2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho se faz necessário para que se possa avaliar o grau de conhecimento financeiro dos cirurgiões dentistas e de que forma isso pode ajudá-las no dia-a-dia e no seu planejamento de futuro e sua relação com o nível de endividamento. Isso se faz necessário também frente as evoluções e mudanças rápidas no mercado que implica, a esses profissionais, a necessidade de adquirir esse conhecimento a parte dos bancos acadêmicos da sua profissão para melhor gerirem seus negócios e suas vidas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Descrever o perfil do cirurgião-dentista.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Revisar literatura a respeito de finanças pessoais, educação financeira, planejamento financeiro e de investimentos.
- Avaliar o conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos cirurgiões dentistas do Rio Grande do Sul.
- Estimular a construção do conhecimento financeiro junto ao público alvo.

4 REVISÃO TEÓRICA

É necessário definir claramente o que é finanças, planejamento e educação financeira, investimento e risco bem como endividamento, sua conceituação e seus possíveis impactos na vida das pessoas.

4.1 FINANÇAS

De acordo com Bodie e Merton (2002)

Finanças é o estudo de como as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo.

De acordo com Gitmann (2001), as finanças podem ser definidas como a arte e a ciência de gerenciamento de fundos. Virtualmente todos os indivíduos e organizações ganham ou captam e gastam ou investem dinheiro. As finanças lidam com o processo, as instituições, os mercados e os instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre indivíduos, negócios e governos.

Dessa forma podemos ver que tanto empresas (organizações), governos e pessoas necessitam de conhecimentos financeiros, como forma de alocar da melhor forma, de acordo com seus objetivos, seus recursos por muitas vezes escassos.

4.1.1 Finanças Empresariais

As empresas são entidades criadas a fim de produzir bens ou serviços para a satisfação das necessidades dos consumidores e da expectativas dos seus donos, sócios ou acionistas, precisa aplicar seus recursos da melhor forma possível para conseguir atingir esses objetivos e se perpetuar no mercado. Por isso, as decisões financeiras são extremamente importantes e relevantes no contexto empresarial.

Bodie e Merton (1999, p. 29-30) mostram que as decisões financeiras das empresas basicamente são:

- Decisões no Planejamento Estratégico: essas consistem em identificar o tipo de negócio no qual a empresa vai operar. Envolve avaliar os custos e benefícios ao longo do tempo.
- Decisões de Orçamento de Capital: Seria o passo seguinte após determinar os projetos que implementará. Essas decisões incluem a definição clara dos investimentos e conseqüentemente a fonte de financiamento dos mesmos, se com o uso de capital próprio ou com o uso de capital de terceiros.
- Decisões de Capital de Giro: essas seriam as decisões do dia-a-dia da empresa com o intuito de administrar o fluxo de caixa, entradas e saídas, questões essas fundamentais para o sucesso da empresa.

Essas decisões geralmente são tomadas dentro de um contexto e dependem de fatores como governo, regime tributário, ambiente competitivo e as tecnologias existentes. Dessa forma, as empresas em operação precisam apresentar por conta de leis, documentos que demonstrem como está estruturada após essas decisões e como se distribui sua riqueza.

A contabilidade, via balanço patrimonial executa essa tarefa. Dessa forma um balanço patrimonial é uma demonstração contábeil que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, P. 26). Nessa demonstração denominada de Balanço Patrimonial temos listados os bens e direitos da empresa ou ativos, temos as obrigações com terceiros que são os passivos e o resultado da subtração dos dois anteriores que resulta no patrimônio líquido que representa o capital próprio da empresa.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Fonte: autoria própria

4.1.2 Finanças Pessoais

De acordo com Bodie e Merton (1999, p. 25):

As pessoas que entendem de finanças são de dois tipos: aquelas que são detentoras de vastas fortunas e aquelas que não tem nada. Para o milionário de verdade, um milhão de dólares é algo real e compreensível. Para o matemático zeloso e o conferencista de economia (pressupondo que ambos estejam a míngua), um milhão de dólares é pelo menos tão real, quanto mil dólares, visto que nunca possuíram nem, uma coisa nem outra. Contudo, o mundo está cheio de pessoas que se enquadram entre estas duas categorias, desconhecendo os milhões, mas acostumadas a penas em termos de milhares, e é por essas pessoas que as assembléias financeiras são basicamente formadas.

Enfim, a vida real é formada por bilhões de pessoas que constituem ou não famílias, mas que em comum necessitam tomar decisões financeiras. As decisões financeiras tomadas pelos indivíduos ou pelas famílias se enquadram em quatro tipos básicos (BODIE; MERTON, 1999, p. 28):

- Decisões de consumo e de economia: elas ocorrem quando se toma decisão acerca de quanto do atual disposto deve ser gasto em consumo e quanto deve ser reservado para o futuro.
- Decisões de investimentos: acontecem quando é decidido onde investir o dinheiro economizado.
- Decisões de financiamento: essas decidem o quando e como usar o dinheiro de terceiros para atingir seus planejamentos de consumo e de investimentos.
- Decisões de administração de risco: são decisões que devem buscar reduzir e minimizar as incertezas financeiras enfrentadas e o momento de aumentar o risco na busca de uma maior rentabilidade.

De forma geral, de acordo com Kiyosaki e Lechter (2000, p. 64-65) os investimentos ajudam a formar os Ativos que seria algo que coloca dinheiro no nosso bolso. Resumidamente, isso ocorre quando as pessoas acumulam um fundo de riqueza, com a economia de parte de sua renda para uso futuro, mantido as aplicações financeiras em conta bancária e aquisição de imóvel ou participações societárias em algum negócio. Já o Passivo que seria algo que tira dinheiro do

bolso, e é incorrido, quando as pessoas tomam dinheiro emprestado criando a obrigação de devolvê-lo acrescido de encargos e juros. Assim como para as empresas, a diferença entre Ativo e Passivo é o chamado Patrimônio Líquido que no caso das famílias podemos dizer que se constitui na verdadeira riqueza, por ser a porção de capital que realmente lhes pertence.

A principal causa das agruras financeira das pessoas e das empresas está geralmente no desconhecimento da diferença entre um Ativo e um Passivo conforme KIYOSAKI; LECHTER (2000, p.65). E por isso, que apesar da grande maioria das pessoas realizar diariamente movimentações financeiras recebendo salários e pagando contas, utilizando conta bancária ou cartão de crédito e cheques, bem como realizando empréstimos e financiamentos, poucos sabem realmente lidar com as finanças. Ter intimidade e conhecimento dos fundamentos financeiros do dia-a-dia determinam as atitudes tomadas frente as situações de envolvimento financeiro e observa-se hábitos diferenciados entre os que tem o conhecimento e os que não o têm dessa área do conhecimento, conforme podemos ver no quadro 1 (abaixo).

Quadro 1 - Atitudes e hábitos relacionados ao conhecimento de finanças

CONHECIMENTO SOBRE FINANÇAS	
NÃO	SIM
Dificuldades financeiras	Estabilidade financeira
Investimentos deficitários (sem retorno)	Investimentos lucrativos
Pagamentos de juros (passivos)	Recebimento de juros (ativos)
Empréstimos	Aplicações financeiras
Ostentação	Evita supérfluos
Gastos maiores que receitas	Gastos menores que receitas
Faltam recursos para aplicar	Sobram recursos para aplicar
Não possui autodisciplina para traçar e alcançar metas financeiras	Tem autodisciplina para traçar e alcançar metas Financeiras

Fonte: WERNKE (2004, p. 66)

4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

De acordo com a organização sem fins lucrativos Investor Education Fund (2004) educação financeira pode ser definido como um conjunto de habilidades e conhecimentos que permitem ao indivíduo fazer julgamentos bem informados e tomar decisões através de sua compreensão em finanças. O objetivo da educação financeira então, não é enriquecer, mas sim compreender o funcionamento do dinheiro e apresentar os diversos caminhos que podem ser traçados. O que importante é conhecer e entender a gama de opções que se tem a partir de um conjunto de conhecimentos e não definir o que se deve fazer com o dinheiro. A partir do conhecimento de finanças e de acordo com seus valores é que decisões serão tomadas e o universo do indivíduo será construído. necessária a compreensão que cada um é capaz de construir sua vida a partir de seus próprios valores e decisões.

Conforme Carlin e Robinson (2010), educação financeira é a habilidade das pessoas de tomarem boas decisões financeiras de curto e longo prazo de acordo com seus interesses. Já Kiyosaki (2000), nos aponta que é preocupante o fato das pessoas irem sempre atrás da riqueza e não da educação. Como consequência, varias recebem prêmios milionários que são consumidos rapidamente. Ele afirma também que estando abertas para novos conteúdos, mais flexíveis estarão para responder aos diversos momentos da vida e conseqüentemente mais ricas conseguirão ser nos diversos cenários propostos pela nossa realidade. A alfabetização financeira, como também é conhecida a educação financeira, “É como plantar uma árvore. Você rega durante anos e, então, um dia ela não precisa mais disso. Suas raízes são suficientemente profundas. Então a árvore lhe proporciona sombra para seu prazer” (KIYOSAKI, 2000, p. 59).

O tema finanças pode ser "pesado" e necessitar de conhecimentos prévios de matemática que a maioria das pessoas não possui e por isso é importante simplificar didaticamente os diversos conteúdos da contabilidade, tributação, finanças. O livro Pai Rico, Pai Pobre de Kiyosaki (2000) é um grande exemplo onde os assuntos pertinentes são abordados de forma simples e didática via narrativa que mescla história e conceitos básicos de contabilidade, finanças, matemática. Um exemplo simples está na forma fácil e didática que são apresentados os conceitos de ativo e passivo. Basicamente ele divide as aplicações monetárias em ativos e passivos e

posteriormente nos define que ativos produzem rendimentos e passivos corroem rendimentos.

O livro Pai Rico, Pai Pobre não tem como objetivo central ensinar a ganhar dinheiro, mas sim em como gastar e investir a receita que você é capaz de gerar. Kiyosaki (2000) denomina de aptidão financeira tudo aquilo que você faz com o dinheiro depois que sobra, seja evitar que a inflação corra seu poder de compra, seja você ter capacidade de fazer o dinheiro trabalhar para você ou seja conservar o que sobrou.

Com o intuito de simplificar e tornar didático o ensino do tema, o autor faz uma analogia da questão financeira com duas pistas. A primeira, onde se encontram a maioria das pessoas, chamada de corrida dos ratos é aquela em que a receita é igual, ou menor que as despesas. Isso leva a uma situação de dificuldade, e o trabalho pode passar a ser uma obrigação, pois equivaleria a uma condição sine qua non para a sobrevivência. A segunda condição seria equivalente a uma pista de alta velocidade, e ocorreria quando a receita é maior que as despesas e conseqüentemente, essa diferença resultaria em um saldo positivo, o que permitiria a possibilidade de investimentos que resultará em mais receitas, proporcionando o alcance da independência financeira mais cedo.

Cerbasi (2009), nos indica que o indicador de independência financeira mostra resumidamente qual o valor que se deve ter reservado para que os gastos sejam cobertos pelos rendimentos dos investimentos. Chamado de Patrimônio Necessário para a Independência Financeira, ele é calculado pela divisão dos gastos médios anuais, pela rentabilidade líquida anual dos investimentos. Esse indicador visa traduzir, de maneira simples, alguns conceitos de finanças importantes.

Conforme Kiyosaki (2000), é essencial desenvolver o senso crítico para analisar se o que a maioria das pessoas está fazendo é bom para si. Ouvir os velhos conselhos e analisá-los com o olhar de hoje. Ele alerta para o fato de que geralmente o medo de ser diferente ou fazer algo diferente do costume que inibe as pessoas de procurarem soluções para os seus problemas.

Entre os conceitos e conteúdos necessários para uma pessoa ter uma educação financeira que lhe propicie tomar decisões com o intuito de alcançar sua independência financeira podemos citar:

- O que é o dinheiro e o seu valor ao longo do tempo (dinheiro, juros, correção monetária, inflação);
- O que são receitas: formas de obtenção de recursos - salário, trabalho autônomo, empreendedorismo, relações empregatícias, descontos, datas de pagamento, obrigações;
- Elaboração de um orçamento, controle de finanças, consumo consciente, o que são gastos necessários e supérfluos, fluxo de caixa;
- Aprenda a poupar e a investir, tipos de aplicações, riscos de investimentos, diversificação;
- Serviços bancários, abertura de conta, cheque, cheque especial, custos e taxas, empréstimos, benefícios do cartão de crédito, abertura de crédito, prestações, pagamentos antecipados e postecipados, rendas diferidas e perpétuas;
- O que são impostos e taxas, quais que temos e como devemos pagá-los e por qual motivo.

De acordo com o apresentado no artigo de Savoia, Saito e Santana (2007 apud ODCE, 2005) a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE) apresenta dez princípios e recomendações de educação financeira. Os princípios são elencados a seguir de forma que possamos tirar algumas conclusões dos mesmos:

- A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares;
- Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a

situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses;

- O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor;
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores;
- A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam;
- Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública;
- A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente;
- As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes;
- Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros;
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

4.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Macedo Júnior conceitua que:

[...] planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal. Permite que você controle sua situação financeira para atender necessidades e alcançar objetivos no decorrer da vida. Inclui programação de orçamento, racionalização dos gastos e otimização de investimentos (ibid, p. 26).

Ou seja, o planejamento financeiro é elemento central na gestão financeira principalmente quando se tem o intuito de atingir a independência financeira e fabricar um patrimônio. Perguntas chaves devem ser elaboradas previamente a elaboração do planejamento financeiro pessoal a fim de que o mesmo possa ser construído visando atingir os objetivos que se deseja.

Poderíamos elencar algumas perguntas básicas como:

- Por que planejo minhas finanças? Qual o seu propósito central?
- Com que idade espero me aposentar? Quantos anos faltam?
- Se eu necessitar parar hoje de trabalhar, quanto de renda eu necessito para manter meu padrão de vida atual até o final da minha vida?
- Qual o meu nível de propensão ao risco?
- Qual o retorno que necessito ou quero ter nos meus investimentos?
- Quais meus objetivos de curto, médio e longo prazo do ponto de vista financeiro e de aquisição de bens?

Dessa forma, é a partir de perguntas básicas que devemos nos fazer e de respostas objetivas e claras que será direcionado o planejamento financeiro. Além disso, de acordo com Buseti (2012):

Algumas características são importantes para que o planejamento contribua para a gestão financeira eficaz. O sucesso depende de autoconhecimento, autocontrole, força de vontade, flexibilidade, disciplina e foco.

De acordo com Macedo Júnior *apud* Buseti (2012), “nenhuma orientação financeira é milagrosa o suficiente (...) para torná-lo bem-sucedido, caso você mesmo não entenda o padrão de comportamento que move seus desejos,

consumos, gastos e objetivos”. Ou seja, só através do autoconhecimento podemos estabelecer um planejamento adequado a nós.

Além disso, complementa Buseti (2012):

A flexibilidade é importante na correção de desvios do planejamento e na administração de imprevistos. Autocontrole, força de vontade, disciplina e foco são características complementares que auxiliam na manutenção de princípios sólidos que pautam o planejamento. Por exemplo, é difícil automatizar o controle de todas as receitas e dos gastos efetuados – mesmo os de valor irrisório. Esta prática, contudo, é fundamental para o controle financeiro. Além disso, o acúmulo de riqueza torna-se tentação para gastos não planejados. Ao verificar considerável aumento patrimonial e situação financeira confortável, é inerente ao ser humano o cometimento de excessos desnecessários.

Assim como numa empresa, o planejamento financeiro depende de alguns fundamentos básicos para o mesmo ser executado da forma mais fidedigna possível.

Welsch (ZDANOWICZ, 2004, p. 39-40 *apud* WELSCH, 1996) definiu vários princípios fundamentais de planejamento e controle do lucro, que darão suporte para o orçamento. Entre eles se destacam os seguintes: envolvimento dos gerentes, adaptação organizacional, contabilidade por áreas de responsabilidade, orientação para objetivos, comunicação efetiva, oportunidade, realismo, flexibilidade e controle.

De acordo com Buseti (2012) :

- **Envolvimento:** é fundamental, pois a pessoa proverá as suas filosofias e valores, bem como expectativas para a construção do planejamento;
- **Adaptação:** é importante que o orçamento pessoal seja adaptado de acordo com os grupos de gastos envolvidos de maneira particular, seja em nível pessoal ou familiar. Além disso, deve ser compatível com a situação econômico- financeira e com os conhecimentos de quem o manipulará;
- **Contabilidade por áreas de responsabilidade:** a divisão das receitas das e despesas em grupos de afinidade como, por exemplo, gastos com alimentação, gastos com transporte, gastos com educação, etc., é necessária para a correta gestão financeira;

- Orientação para objetivos: objetivos e metas claras devem ser determinados para que o controle seja eficiente e eficaz. Objetivos realistas são atingíveis, específicos, mensuráveis, previsíveis e prioritários. É necessário que as metas traçadas sejam concretas;
- Realismo: os objetivos e metas devem ser difíceis de ser alcançados, de forma que o proponente sinta-se motivado a atingi-los e confira maior empenho na gestão financeira. Por outro lado, devem ser atingíveis – de forma que não se tornem fator de desmotivação do indivíduo;
- Flexibilidade: o orçamento deve servir como um guia, uma ferramenta de apoio para que as decisões sejam dotadas de racionalidade, e não pelo impulso. Deve, no entanto, ser passível de revisões e ajustes quando necessário;
- Controle: o controle deve ser feito regularmente, de forma que os êxitos possam ser identificados e replicados, os fracassos sejam monitorados e corrigidos e para que o processo orçamentário possa ser retroalimentado com informações importantes no próximo ciclo de planejamento.
- Comunicação eficaz: deve-se ter clareza principalmente na manipulação da ferramenta de controle financeiro, de forma que suas funcionalidades possam ser utilizadas da melhor forma possível. Dessa forma, tal instrumento deve ser projetado de forma que seu manuseio seja didático e comunique valor a quem o utiliza;

Bitencourt (2004) propõe a utilização de ferramentas gerenciais para a gestão do patrimônio pessoal. As ferramentas utilizadas seriam: Balanço Patrimonial, Demonstração de resultado mensal, Análise Financeira, Índices para análise da situação atual e Orçamento pessoal e acompanhamento mensal.

Quanto ao risco, O nível de propensão ao risco, por sua vez, deve ser definido de forma a direcionar os esforços de investimento. Quanto maior a aceitação de risco, maiores são as oportunidades de ganhos (ou de perdas) consideráveis. Isto corrobora expressivamente na gestão financeira pessoal, sobretudo em longo prazo.

4.3.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial de acordo com Iudícibus (1998) é uma das mais importantes demonstrações contábeis. Através da mesma podemos apurar a situação do patrimonial e financeira de uma entidade para um determinado momento. Essa demonstração nos dá de forma clara os Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido da entidade em questão (figura 1).

Figura 1

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31-12-201X			
ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Ativos de Curto Prazo		Exigível no Curto Prazo	
Conta Corrente		Cheque Especial	
Depósitos em Banco		Cartão de Crédito	
Caderneta de Poupança		Financiamento até 1 ano	
		Empréstimos	
Ativos de Longo Prazo		Exigível no Longo Prazo	
Seguros de Vida		Financiamento após 1 ano	
FGTS		Total do Passivo Exigível	
Ativo Permanente		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imóveis		Riqueza (Ativo – Passivo)	
Veículos			
Total do Ativo		Total do Passivo	

Fonte: Adaptado de BITENCOURT (2004)

4.3.1.1 Ativo

O Ativo são os bens e direitos expressos via contas dispostas em ordem decrescente de liquidez (IUDÍCIBUS 1998). Entre as principais contas, comum a maioria das entidades temos caixa, bancos, imóveis, veículos, equipamentos, mercadorias, títulos a receber, clientes.

Ativo também pode ser visto como as aplicações dos recursos da empresa. Os elementos do ativo situam-se do lado esquerdo do Balanço Patrimonial.

4.3.1.2 Passivo

O Passivo é formado pelas obrigações da entidade, ou dito de outra forma, o que a empresa deve pagar a terceiros tais como: títulos a pagar, contas a pagar, fornecedores, salários a pagar, impostos a pagar (IUDÍCIBUS 1998).

O Passivo pode ser visto como a fonte de financiamento da empresa. Ele fica representado do lado direito do Balanço Patrimonial.

4.3.1.3 Patrimônio Líquido

Pode ser definido como a diferença entre os valores do Ativo e do Passivo num dado momento. As principais fontes do patrimônio líquido são os investimentos e os lucros acumulados (IUDÍCIBUS 1998).

4.3.2 Demonstração De Resultado Mensal

De acordo com Ross (2008) a demonstração do resultado mede o desempenho ao longo de determinado período e pode ser demonstrada pela diferença entre as receitas e as despesas. O resultado dessa expressão mostra a sobra financeira do período e equivale propriamente ao lucro ou prejuízo incorrido no período analisado.

Essa demonstração ajuda a ter o controle da fonte dos recursos e onde os mesmos estão sendo alocados. Com base no relatório gerado via demonstração mensal poderá se visualizar qual o caminho do dinheiro, ajudando a fazer um planejamento, cortando ou redimensionando gastos e até, se for possível um

aumento na receita. Pode ser feito, via uma planilha simples utilizando desde anotação no papel, planilha em excel ou softwares financeiros (figura 2).

Figura 2 - Demonstração do Resultado Mensal

Demonstração do Resultado Mensal	
	R\$
Receitas	
Salário Líquido	
Honorários Profissionais	
Aluguéis Recebidos	
Juros Recebidos	
Total Receitas	
Despesas	
Gastos com Habitação	
Gastos com Alimentação/Higiene	
Gastos com Educação	
Gastos Pessoais	
Gastos com Lazer	
Gastos com Plano de Saúde	
Gastos com Comunicações	
Gastos com Transporte	
Prestação de Financiamentos	
Total Despesas	
Resultado Disponível p/Investir (R-D)	

Fonte: Adaptado de BITTENCOURT (2004)

4.3.3 Análise Financeira

A análise financeira nos mostra de forma mais criteriosa aspectos pertinentes às disponibilidades de caixa, comparando com as principais variáveis endógenas e exógenas que afetam a organização (ZDANOWICZ, 2012). Partindo de uma demonstração financeira básica como o Balanço Patrimonial, podemos realizar uma série de análises que nos permitirão avaliar melhor a nossa situação patrimonial e nosso desempenho financeiro.

De acordo com Zdanowicz (2012), as peças contábeis são ferramentas essenciais para gerar informações de qualidade, tendo como escopo principal em subsidiar a tomada de decisões. Dai a importância de ter um controle via alguma ferramenta (agenda, planilha excel, software de gestão financeira, etc), para termos dados confiáveis para a elaboração de documentos confiáveis para posterior análise financeira.

A análise financeira compreende basicamente as etapas de coleta dos dados, preparo, processamento, interpretação e as conclusões sobre os mesmos. Isso permite a organização ou ao indivíduo ter um conhecimento mais apurado sobre sua solidez financeira e da sua *performance*. No entanto, temos que alertar que um índice ou um indicador isoladamente não informa nada ou quase nada para fins de tomada de decisão (ZDANOWICZ, 2012).

Numa análise financeira dois aspectos são importantes de serem analisados: liquidez e solvência.

4.3.3.1 Liquidez

Liquidez pode ser definida conforme Zdanowicz (2012), como a capacidade financeira que a empresa tem para pagar os compromissos assumidos com terceiros em dia. Gitman (2010 *apud* ZDANOWICZ, 2012) define a liquidez como a capacidade da empresa satisfazer às suas obrigações de curto prazo na data do vencimento.

A análise financeira de liquidez é realizada através de quocientes e por isso é denominada de análise de razão e os dados para realização da análise podem ser extraídos a partir da demonstração contábil denominada de Balanço Patrimonial. Segundo Zdanowicz (2013), os indicadores de liquidez têm por objetivo avaliar a

capacidade de pagamento das exigibilidades pela empresa. Além disso, são relevantes para se avaliar e projetar a capacidade financeira no curto e no longo prazo.

Os principais tipos de liquidez serão detalhados a seguir: liquidez imediata, liquidez seca, liquidez corrente e liquidez total.

LIQUIDEZ IMEDIATA

Pode ser denominada também de liquidez instantânea ou absoluta e seu objetivo é apurar o volume de recursos disponíveis para cumprir os compromissos mais imediatos da empresa. Em outras palavras, ele nos mostra o quanto das dívidas existentes de curto prazo poderiam ser salgadas imediatamente, utilizando os ativos mais líquidos existentes denominados de disponibilidades (ZDANOWICZ, 2012).

Disponibilidades são os elementos do ativo circulante compostos pelo caixa, depósitos financeiros no banco (em conta corrente), aplicações financeiras de resgate imediato (ZDANOWICZ, 2012).

LIQUIDEZ SECA

A liquidez seca também pode ser denominada por liquidez ácida e seu objetivo é avaliar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo sem levar em consideração o estoque, por esse ser o elemento menos líquido (ZDANOWICZ, 2012). Além disso, o estoque é o elemento menos confiável como medida de valor de mercado por dificuldade de considerar certas condições do estoque como obsolescência, perdas, etc. (ROSS, 2008).

LIQUIDEZ CORRENTE

Ele é utilizado como medida para se avaliar a real capacidade da empresa em honrar o pagamento de suas obrigações de curto prazo, representadas no balanço patrimonial pelo passivo circulante, através dos seus bens e direitos de curto prazo representados pelos elementos constantes no ativo circulante (ZDANOWICZ, 2012). É um indicador bastante utilizado segundo Zdanowicz (2012) em análise financeira

gerencial, por demonstrar a relação entre o conjunto de bens e direitos realizáveis líquidos de curto prazo e as obrigações de curto prazo.

LIQUIDEZ TOTAL

Pode ser denominada também por liquidez geral. Esse índice nos mostra a situação financeira de longo prazo ao relacionar o ativo circulante e ativo realizável de longo prazo (excetuando-se os elementos do ativo fixo), também denominados de capitais circulantes próprios, com os elementos constantes nos capitais de terceiros, representados no balanço patrimonial pelos elementos do passivo circulante e pelo passível exigível de longo prazo (ZDANOWICZ, 2012). Basicamente esses capitais de terceiros são dívidas da empresa.

4.3.3.2 Solvência

A solvência de acordo com Zdanowicz (2012) pode ser definida como:

... a medida de avaliação da capacidade financeira da empresa de longo prazo para honrar os compromissos assumidos perante terceiros exigíveis em qualquer período, no curto e longo prazo.

Basicamente isso significa que analisando a solvência temos condições de avaliar se os itens constantes no Ativo superam ou não os elementos do Passivo Exigível. Superando, temos a garantia de que em qualquer período, os bens e direitos seriam suficientes para pagar as obrigações assumidas.

Convém lembrar que solvência e liquidez não podem ser consideradas como sinônimos, pois nem sempre os elementos do ativo, apesar de cobrirem as obrigações, terão a liquidez necessária para gerarem caixa no momento desejado. Ou seja, tem se solvência, capacidade de pagamento, mas falta liquidez e não consegue-se pagar de imediato. Seria necessário transformar o ativo em valor monetário para o pagamento da dívida e dependendo da característica do mesmo isso pode ser mais ou menos fácil, dando ao ativo mais ou menos liquidez.

Por as características citadas acima, a análise isolada da solvência não pode ser considerada suficiente para concluir se a situação da empresa ou da pessoa é

boa ou ruim. Para isso deve se usar em conjunto os outros itens de análise financeira tais como liquidez.

4.3.4 Índices Para Análise Da Situação Atual

Com o intuito de facilitar a vida das pessoas, principalmente as que não tem afinidades com elementos de finanças, contabilidade e economia, simplificações podem ser feitas. A seguir apresentamos uma forma simples e fácil de fazer uma análise do balanço patrimonial pessoal, porém suficiente para o leigo ter uma noção das suas finanças. De acordo com Halfeld (2007), podemos elaborar quatro índices a partir do balanço patrimonial: liquidez, cobertura das despesas mensais, endividamento e de poupança.

4.3.4.1 Índice De Liquidez

Segundo Halfeld (2007), liquidez seria a medida da velocidade com o qual um ativo poderia ser convertido em dinheiro vivo sem ter perda de valor. Assim sendo teríamos ativos mais líquidos e outros menos líquidos. O índice de liquidez poderia ser medido a partir da confrontação entre os ativos de curto prazo e os passivos de curto prazo, mostrando quanto se possui de ativo de curto prazo para cada um real de passivo de curto prazo.

$$\text{Liquidez} = \text{Ativo de Curto Prazo} \div \text{Passivo de Curto Prazo}$$

Teoricamente é importante ter ativos líquidos no seu patrimônio a fim de pagar despesas habituais. De acordo com Halfeld (2007) é bom evitar um índice de liquidez abaixo de 1, pois o mesmo significa que seus ativos de curto prazo não cobrem suas dívidas de curto prazo e você começara a ter dificuldades financeiras.

LIQUIDEZ IMEDIATA

A liquidez imediata pode ser calculada pela expressão:

$$Li = D \div PC$$

Onde:

Li = liquidez imediata;

D = disponibilidades;

PC = passivo circulante.

LIQUIDEZ SECA

O índice de liquidez seca pode ser calculado de acordo com a fórmula:

$$Ls = (AC - E) \div PC$$

Onde:

Ls = liquidez seca;

AC = ativo circulante;

E = estoques.

LIQUIDEZ CORRENTE

Ele é calculado pela seguinte fórmula:

$$Lc = AC \div PC$$

Onde:

Lc = Liquidez corrente;

LIQUIDEZ TOTAL

Esse índice pode ser calculado pela expressão:

$$Lt = (AC + ARLP) \div (PC + PELP)$$

Onde:

Lt = liquidez total;

ARLP = Ativo Realizável de Longo Prazo;

PELP = Passivo Exigível de Longo Prazo.

4.3.4.2 *Índice De Solvência*

A solvência geral é uma medida, conforme falado anteriormente, de avaliação da capacidade financeira da organização de longo prazo para cumprir os compromissos assumidos perante terceiros, exigíveis a qualquer momento (ZDANOWICZ, 2012). O valor aceitável do índice não é fixo pois depende da atividade de cada organização.

O índice pode ser calculado por:

$$SG = AT \div PE$$

Onde:

AT = Ativo Total

PE = Passivo Exigível é a soma do Passivo Circulante e Não Circulante (exceto o Patrimônio Líquido).

Teoricamente um índice acima de uma unidade, indica que todos os ativos da empresa conseguem cobrir as obrigações com terceiros. Analogamente um valor abaixo de uma unidade indicaria uma incapacidade de cumprir com o pagamento das obrigações, com a liquidação dos ativos. Um índice unitário nos mostra que a totalidade dos ativos está comprometido com as obrigações, podendo estar rumando para um estágio de pré solvência. Devemos lembrar que a análise isolada do índice não nos dá a real capacidade de dizer o quão satisfatório ou insatisfatório é a situação.

4.3.4.3 *Índice De Cobertura Das Despesas Mensais*

Nos permitiria avaliar o quanto de tempo conseguiríamos sobreviver apenas as custas do ativo de curto prazo que dispomos. Conforme Halfeld (2007), o ideal é nunca ficar abaixo de 6 para evitar depender de crédito junto a Bancos ou financeiras e conseqüentemente incorrendo em altas taxas de juros.

Índice de cobertura das despesas mensais: ativo curto prazo ÷ despesas mensais

Esse índice indicaria a reserva de energia disponível caso você ficasse suprimido de fontes alimentares. Quanto maior o índice, mais tempo você poderia ficar sobrevivendo com suas economias até voltar a ter uma fonte de renda.

4.3.4.4 *Índice De Endividamento*

Indica o quanto do seu ativo foi financiado pelas dívidas, ou seja o quanto você usa de capital de terceiros para formar o seu ativo (HALFELD 2007).

Conforme Zdanowicz (2012) o melhor financeiramente seria ter uma baixa dependência de capital de terceiros. No entanto, o endividamento estudado e planejado pode ser uma fonte importante de recursos desde que as condições de captação sejam favoráveis.

O índice pode ser calculado por:

$$Et = PE \div AT$$

Onde:

Et = Endividamento Total

Dependendo da taxa de juros deve se evitar um nível de endividamento alto. Em países ou situações onde a taxa de juros para empréstimos e financiamentos é baixa ou do ponto de vista fiscal, pode ser uma alternativa utilizar de capital de terceiros desde que o retorno esperado seja maior do que o custo incorrido.

4.3.4.5 *Índice De Poupança*

Conforme Halfeld (2007) nos daria uma dimensão da capacidade disponível para se realizar investimentos. Seria basicamente o percentual da sua receita que sobra para você ser capaz de investir.

$$\text{Índice de poupança} = \text{Resultado disponível para investir} \div \text{Receitas}$$

O ideal é que quanto maior o índice melhor, pois é fundamental ter um índice de poupança (=capacidade de investir) elevado para atingir a independência financeira.

4.3.5 Orçamento Pessoal

Segundo Bitencourt (2004):

Orçamento é um instrumento de planejamento financeiro e representa nas organizações, um papel semelhante ao de casa, uma vez que reflete as condições quantitativas de como alocar recursos para cada conta e é utilizado para a tomada de decisões gerenciais.

Zdanowicz (2001) ressalta a importância do orçamento ao afirmar que:

Orçamento é o instrumento de gestão necessário para qualquer empresa, independentemente do seu porte ou atividade econômica.

Na maioria das vezes, empiricamente, a grande maioria das pessoas fazem algum tipo de controle de receitas e despesas ou seja, uma espécie de orçamento menos elaborado que o aprendido pelos profissionais da área de gestão financeira. Contudo, isso mostra como, mesmo intuitivamente, é importante para o controle financeiro das famílias ou pessoal, além claro das empresas, a elaboração de um orçamento.

Conceitualmente, orçamento poderia ser definido como (ZDANOWICZ, 2001):

- Orçamento é um instrumento que descreve o plano geral de operações e/ou capital orientado por objetivos e metas propostos pela direção da empresa para um determinado período;
- Orçamento é a técnica de planejamento global utilizada para um período de tempo, centrada em objetivos e metas traçados pela gerência superior;
- Orçamento é o método de planejamento e controle financeiros vinculados aos planos operacionais e/ou investimentos, visando otimizar o rendimento de recursos físicos e monetários da empresa;
- Orçamento é a expressão quantitativa e qualitativa, em unidades físicas, medidas no tempo, dos valores monetários.

Em outras palavras, poderíamos dizer que orçamento é uma ferramenta de apoio a tomada de decisão onde as pessoas, as famílias ou empresas delineiam seus recursos e despesas correntes ou planejados para conseguir visualizar a melhor forma de atingir as metas e os objetivos propostos. O orçamento vai ajudar no controle e nas correções por vezes necessárias durante a execução do que foi previamente planejado.

De acordo com Zdanowicz (2004) o orçamento pode ser caracterizado por algumas premissas básicas: Projeção para o futuro, Flexibilidade na aplicação, Participação direta dos responsáveis, Global, Prático, Critérios Uniformes e Quantificação.

4.3.5.1 Função

Entre as principais funções do orçamento podemos destacar a possibilidade que ele permite de comparação entre o proposto e o executado. Além disso ao permitir que façamos projeções futuras, ele nos dá uma visão de longo prazo e do caminho necessário a percorrer para atingir o planejamento.

4.3.5.2 Objetivos

Os principais objetivos do orçamento são o de guiar o planejamento prévio deixando claro os objetivos e as atividades necessárias para a consecução dos mesmos. Além disso, ele serve também de controle dos resultados obtidos permitindo ajustes com o programado anteriormente para que se possa atingir satisfatoriamente as metas e os objetivos propostos e por conseguinte o planejado.

4.3.5.3 Vantagens e Limitações

As principais vantagens da elaboração e do uso da ferramenta de orçamento para Zdanowicz (2004, p.39) são de dar auxílio aos administradores e gestores a fim de que os mesmos possam:

- Dirigir as atividades de modo a cumprir os objetivos e as metas;
- Antecipar os problemas antes que eles se tornem agudos;

- Atuar onde e quando seja necessário;
- Controlar os custos;
- Melhorar a eficiência, a produtividade e eliminar desperdícios;
- Planejar os lucros passíveis de ser obtidos.

As principais limitações do orçamento que podem ser elencadas são (BITENCOURT, 2004):

- O orçamento, na maioria dos casos, baseia-se em estimativas. O processo de estimação de despesas ou mesmo de rendas, quando não forem fixas, não pode ser uma ciência exata, porém estas estimativas devem ser feitas em bases realistas e raciocínios lógicos para que o resultado seja satisfatório;
- O controle de resultados não pode ser inflexível, ao contrário, deve ser dinâmico no verdadeiro sentido da palavra, e também não pode ser adaptado em pouco tempo, é necessária uma educação orçamentária;
- A execução do orçamento pré-estabelecido não pode ser automática. Implantado, o plano só será eficaz quando todos os envolvidos o apoiarem e exercerem esforços contínuos no sentido de sua execução.

4.3.5.4 Receitas e Despesas

Discriminar as receitas e as despesas é importante para podermos avaliar objetivamente esses parâmetros. Avaliando as fontes de receita e o percentual de cada uma no total das mesmas, podemos ver se há ou não possibilidade de aumento e dependendo do analisado poder tomar uma decisão. Para as despesas podemos mais facilmente ver para onde vai nosso dinheiro, ver se está sendo gasto de forma racional ou se está sendo gasto com supérfluos e a partir daí fazer um controle mais adequado.

Basicamente nas receitas elencaremos as principais fontes e podemos fazer um comparativo entre o real e o projetado (meta) e associar alguma atividade a ser realizada para a consecução desse objetivo proposto. A mesma forma com as despesas elencaremos preferencialmente classificando, no mínimo, entre fixas e

variáveis ou por classe de despesas e após fazendo um comparativo entre o orçado e o realizado (Tabela 2).

Tabela 2 - Orçamento

Orçamento Pessoal	Base do Mês Anterior	Orçado		Realizados
RECEITAS	R\$	%	R\$	R\$
Salários				
Honorários				
Aposentadoria ou Benefícios				
Aluguéis				
Juros				
Outros				
TOTAIS RECEITAS				
DESPESAS				
Habitação				
Aluguel, condomínio				
Prestação do imóvel				
Energia elétrica				
Água				
Gás				
Telefone (fixo)				
Telefone celular				
Empregada doméstica / diarista				
Manutenção ou refoma do imóvel				
Alimentação				
Refeições / lanches no trabalho				
Supermercado, açougue, e padaria				
Transporte				
Prestação do automóvel				
Combustível, Manutenção, reparos e limpeza				
Passagens de ônibus				
Estacionamento				
Despesas Médicas (saúde)				
Planos de saúde				
Consultas médicas				
Dentista				
Exames				
Remédios (farmácia)				
Vestuário				
Roupas, calçados e acessórios				
Cabeleireiro / Corte de cabelo				
Educação				
Mensalidade escolar				
Cursos extras				
Material escolar (papelaria)				
Seguros				
Automóvel				
Residencial				
Vida				

Saúde				
Plano de previdência				
Impostos				
IPVA e IPTU				
INSS e Imposto de Renda				
Juros / Empréstimos / Financiamentos				
Juros do Cheque Especial				
Juros do Cartão de Crédito				
Taxas Bancárias				
Taxas de manutenção do cartão				
Credciário ou prestações				
Consórcio				
Empréstimos				
Financiamento Imobiliário				
Lazer e Diversão				
Cinema				
Jornais / revistas / Livros / DVDs				
Restaurantes / Lancherias				
Clube / Associação / Academia				
TV por assinatura				
Viagens				
Diversos				
Dízimo e doações				
Pensão				
Gorjetas, Mesadas, Outros				
TOTAIS DESPESAS				
SALDO: RECEITAS - DESPESAS				

Fonte: Adaptado de Bitencourt (2004)

5 MERCADO DE CRÉDITO

5.1 CRÉDITO

Os instrumentos de crédito mais comuns para as pessoas físicas disponíveis no mercado são o cartão de crédito, cheque especial, crédito direto ao consumidor (CDC). Segundo SECURATO (2005), esses três produtos são oferecidos por bancos e financeiras. Além disso, geralmente possuem elevadas taxas de juros e são sempre de curto prazo.

5.1.1 Cheque Especial

O cheque especial é um instrumento financeiro que se caracteriza por ser um empréstimo concedido automaticamente pelo banco e com valores pré-aprovados. Consequentemente, o cliente precisa ser cliente bancário e possuir uma conta bancária no banco para dispor do produto (SECURATO, 2005).

A taxa de juro do cheque especial é variável e costuma ser definido a partir da taxa de juro de mercado. Essa taxa é dada aos bancos pelo BACEN ao definir a Taxa Selic para o mercado que indicaria o custo de captação do dinheiro. Os bancos então levam em consideração o custo de captação do dinheiro (definido basicamente pela Taxa Selic), o risco de crédito (inadimplência) e a taxa dos concorrentes.

5.1.2 Cartão De Crédito

O Cartão de crédito tem um funcionamento similar ao do cheque especial pois o limite do crédito também é pré-aprovado podendo o cliente saber antecipadamente o limite para seus gastos. No entanto, não há necessidade do cliente da empresa de cartão de crédito ter uma conta corrente no mesmo banco, como acontece com o cheque especial. Geralmente basta o cliente ter uma conta corrente em qualquer instituição e ter como comprovar sua renda para poder contratar uma administradora de cartão de crédito (SECURATO, 2005).

A taxa de juros do cartão de crédito é a mais cara do mercado, batendo inclusive a do cheque especial.

5.1.3 Crédito Direto Ao Consumidor (CDC)

O CDC se caracteriza por ser um empréstimo direto, em dinheiro, muitas vezes sem a necessidade da comprovação de renda. Ele é concedido ao cliente por um banco ou uma financeira, ligada ou não a um banco, independente do cliente ser ou não correntista desse banco. O cliente interessado pode ir diretamente a instituição financeira ou ser encaminhado pelas próprias empresas vendedoras (SECURATO, 2005).

A finalidade do CDC geralmente é para aquisição de bens de consumo duráveis, como veículos, equipamentos, máquinas, eletrodomésticos, etc.

6 INVESTIMENTOS

A partir do momento que a pessoa consegue arrumar e organizar sua vida financeira, o próximo passo esperado é o de passar a pensar onde alocar os recursos que teoricamente passarão a sobrar do confronto entre as fontes de receita e as suas despesas. O principal objetivo é capitalizar esse valor para um uso futuro, de forma garantida e poder dispor, do mesmo, no momento em que for preciso, conforme o que for planejado.

Nem sempre o investimento mais rentável é o mais seguro e vice-versa, visto a relação risco-retorno. Geralmente os maiores retornos estão acompanhados dos maiores riscos e os menores riscos estão acompanhados dos menores retornos. Além disso, nem sempre os investimentos mais seguros ou rentáveis dão a você a oportunidade de dispor deles imediatamente sem a perda considerável de parte dos ganhos. Em outras palavras, onde investir esses recursos buscando ao mesmo tempo rentabilidade, segurança e liquidez.

O objetivo então é encontrar soluções que melhor se adaptem aos objetivos e ao perfil do investidor. Isso é importante e fundamental pois às vezes eliminar dívidas é mais urgente que investir. Conforma diz Frankenberg (1999):

Eliminar, ou pelo menos diminuir, uma dívida de cheque especial, cartão de crédito, prestações, etc. pode resultar numa aplicação bem melhor do que colocar dinheiro novo numa caderneta de poupança ou qualquer outra inversão de renda fixa, já que os juros que você recebe das aplicações costumam ser muito mais baixos do que os juros pagos aos bancos, administradoras de cartões e financeiras.

6.1 OBJETIVOS

O principal objetivo da administração de investimentos é buscar equilibrar o risco, a rentabilidade (retorno) e a liquidez dos investimentos alinhando-os aos objetivos e perfil do investidor. De acordo com Kiyosaki (2002) as pessoas costumam investir por causa de dois motivos básicos que são o de poupar para suas aposentadorias ou o de terem o desejo de ganhar dinheiro.

É fundamental ter objetivos pois eles servem de norte e também como motivador, ajudam a focar o esforço no que interessa definindo adequadamente as

prioridades. Além disso, os objetivos acabam guiando os planos e ações com a fixação de metas auxiliando nos momentos de tomadas de decisões e posteriormente a tudo isso, servem como balizador para avaliar a progressão em direção ao que foi planejado, ou seja como um instrumento de controle (STONER, 1985).

6.2 RISCO

O risco é algo inerente a qualquer ação humana. Aliás podemos dizer que viver é um risco. O importante é reconhecê-lo e fazer uma adequada gestão desse risco, como por exemplo diversificar os seus investimentos.

De acordo com Halfeld (2007), o risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento. Para Segundo Filho (2003), risco seria a probabilidade de perda. No entanto, tem que se saber que todo investimento possui um risco e o importante é saber administrá-lo adequadamente ao seu perfil.

Halfeld (2007) divide o risco em cinco tipos: risco do negócio, risco do mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de perda do poder de compra.

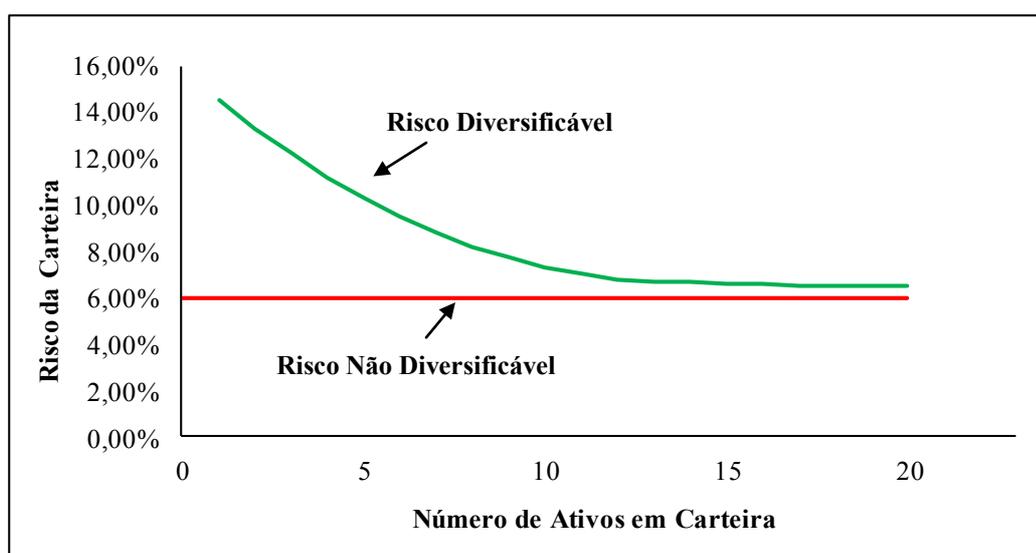
6.2.1 Risco Do Negócio

Sabe-se que há ramos de negócios mais arriscados que outros sejam por peculiaridades do negócio em si ou até mesmo em virtude do capital necessário investir. Ao investir direta ou indiretamente o investidor tem que estar preparado para administrar esse risco inerente ao investimento. Para diminuir esse risco, a diversificação é a melhor solução.

6.2.2 Risco De Mercado

É praticamente o risco da economia. Em algumas situações esse risco é devido à política macroeconômica adotada pelo país num determinado momento. Em outros pode ser um risco relacionado ao comportamento da economia mundial. Uma coisa importante a saber é que esse risco não é diversificável.

Figura 3 - Risco de Mercado



6.2.3 Risco De Crédito

É o risco inerente ao empréstimo de dinheiro a alguém ou a uma empresa e que o mesmo não seja honrado de acordo com o contratado.

6.2.4 Risco De Liquidez

O conceito de liquidez traz uma referência ao prazo e ao custo com que um investimento se transforma em dinheiro vivo (HALFELD, 2007). Dessa forma há investimentos mais líquidos e outros menos líquidos. A importância de se ter investimentos com liquidez primeiramente refere-se à capacidade de poder dispor do dinheiro imediatamente que se faça necessário.

Figure 4: Hierarquia de liquidez de ativos



Fonte: Autoria própria adaptado de HALFELD (2007)

6.2.5 Risco De Perda Do Poder De Compra - Inflação

É o risco que se corre da inflação superar a taxa do investimento feito. No curto prazo ele geralmente não tem grande impacto (HALFELD 2007). No entanto para investimentos de longo prazo como, por exemplo, à previdência privada, o risco de perda do poder de compra fará a diferença e precisa ser administrado.

Os cinco tipos de riscos influenciarão mais ou menos os investimentos dependendo basicamente do prazo estipulado. O risco de liquidez tem poucos efeitos sobre os investimentos de longo prazo, mas é relevante nas aplicações de curto prazo. Por outro lado, o risco de mercado costuma ser alto para investimentos de curto prazo e a longo prazo ele tende a suavizar. Já o risco de perda de poder de compra conforme visto anteriormente, costuma ser importante para projetos de longo prazo.

6.3 PERFIL

O perfil do investidor para o risco é importante pois é através da disposição de correr mais ou menos riscos que a parte do planejamento financeiro relacionado

aos investimentos irá se basear para direcionar entre as diversas opções existentes no mercado, de acordo com o objetivo pessoal e a disposição ao risco. Segundo Silva (2004) e o site portal do investidor do governo federal (PORTAL DO INVESTIDOR) os perfis podem ser classificados em:

- Perfil Conservador: investimentos com risco praticamente nulo (renda fixa). O investidor com esse perfil está disposto a incorrer numa baixa rentabilidade em troca da segurança.
- Perfil Moderado: O investidor aceita correr alguns riscos em busca de uma rentabilidade maior. Uma aplicação entre 55% e 60% em renda variável e o restante em renda fica dará o equilíbrio entre segurança e rentabilidade.
- Perfil Agressivo: O investidor com o perfil agressivo, aceita correr mais riscos na busca por uma alta rentabilidade. Os investimentos geralmente são em renda variável onde o mesmo poderá conseguir altos rendimentos, mas por outro lado pode incorrer em grandes perdas.

O perfil leva em consideração alguns fatores como idade, situação financeira, tolerância a riscos, conhecimento do mercado e outros. Geralmente quanto mais jovem, pode ser correr riscos maiores pois há, teoricamente, tempo de recuperar alguma perda, sem esquecer do benefício que pode ser conseguido com o somatório entre tempo e rentabilidade no valor futuro do dinheiro.

A situação financeira e o objetivo requerido também influência, visto que se o objetivo for preservar a renda supõe-se um perfil mais conservador. Já se o objetivo for o de aumentar o patrimônio o perfil agressivo se encaixará melhor.

O conhecimento do mercado, permite ao investidor buscar e selecionar melhor os investimentos mais propícios aos seus objetivos, de forma a atingir o que foi planejado.

Rocha e Vergili (2007) apresentam um resumo que ajuda a definir o perfil do investidor (quadro 2):

Quadro 2. - Classificação de perfil de investidor

Perfil do Investidor	Descrição	Tipos de Investimentos
Conservador	Tem pouca tolerância ao risco Investe em empresas mais sólidas Objetiva retornos a médio e longo prazos	Imóveis Poupança Títulos da dívida pública CDB Fundos de renda fixa Fundos DI
Moderado	Tem tolerância maior ao risco Investe em empresas sólidas, mas também tenta retornos maiores com empresas mais arriscadas Visa retornos mais a médio prazo, conservando ainda retornos de longo prazo	Fundo de ações referenciados Ações de empresas de primeira e segunda linhas Clubes de investimentos
Arriscado	Apresenta conhecimento técnico superior aos outros perfis Arrisca em empresas desconhecidas e fundos de investimentos indexados a moedas estrangeiras, além de mercado de Derivativos e Futuros Objetiva retornos de curto prazo	Fundos Multimercados Fundos Cambiais Derivativos IPOs (ofertas iniciais de ações) Ações de empresas mais voláteis

Fonte: Rocha e Vergili (2007)

6.4 LIQUIDEZ

Halfeld (2007) diz que a liquidez é uma referência ao prazo e ao custo com que um investimento se transforma em dinheiro vivo. Para Ross (2000), é a velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em dinheiro.

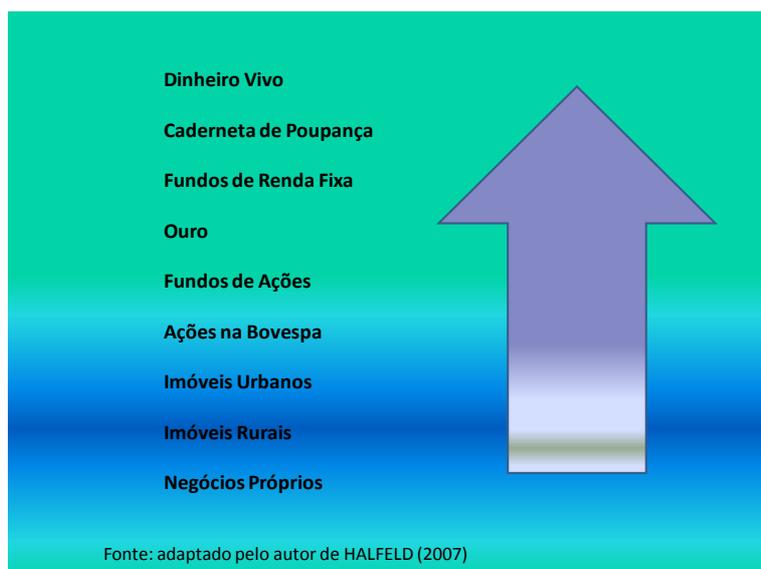
A capacidade de você transformar os investimentos em dinheiro, a qualquer tempo, sem a perda da rentabilidade é o conceito dado por Segundo Filho (2003).

A importância da liquidez é que quanto maior a mesma, maior a capacidade de conversão de ativos em dinheiro sem a perda da rentabilidade, menor a possibilidade de se encontrar em dificuldades de se pagar as dívidas no momento acordado. Em outras palavras, menor o risco de insolvência.

Há ativos que no momento da conversão para dinheiro perdem a sua rentabilidade, geralmente pela baixa liquidez que possuem. Assim se você tiver um imóvel e necessitar de dinheiro com urgência, provavelmente terá que vender abaixo do preço de mercado para poder tornar atraente o negócio e conseguir vender quase que instantaneamente.

Conforme Ross (2000), há uma escolha a ser feita entre as vantagens da liquidez e a perda de lucros potenciais. Como exemplo podemos tomar o dinheiro em mãos ou na conta corrente, que são altamente líquidos, porém não possuem rentabilidade. Ao contrário, a compra de um imóvel na planta pode gerar uma boa rentabilidade no entanto sua liquidez é baixa.

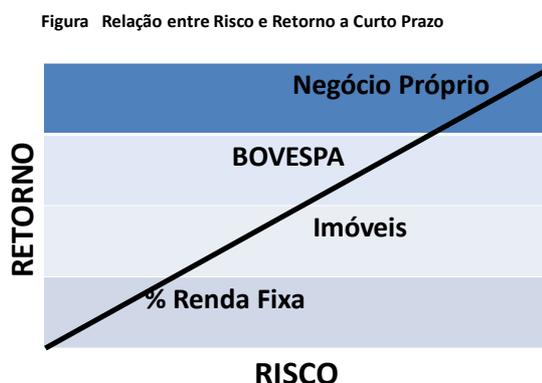
Figura 5 - Liquidez dos Ativos



6.5 RETORNO

O retorno de um investimento costuma ter uma relação direta com o risco, ou seja, quanto maior o retorno, isto é a recompensa oferecida pela aplicação, maior o risco incorrido (HALFELD, 2007).

Figura 6 - Risco - Retorno



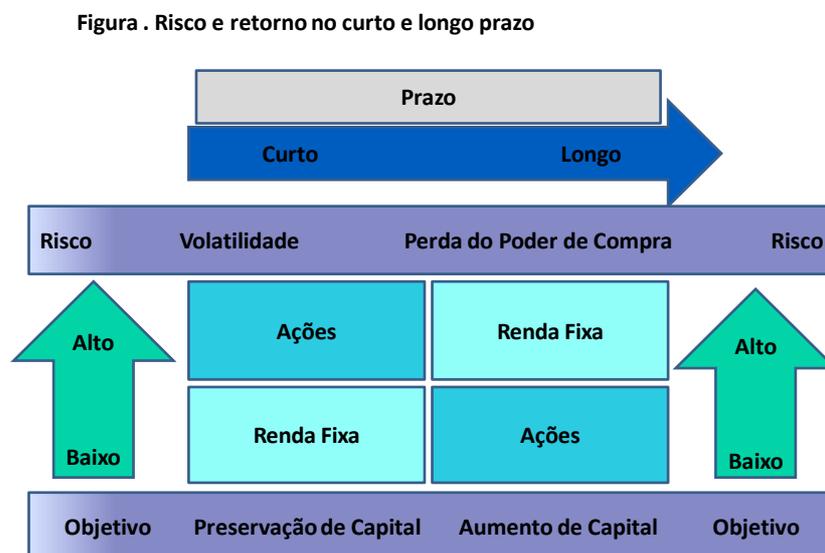
Fonte: adaptado pelo autor de HALFELD (2007)

O retorno também denominado de rentabilidade é basicamente a expectativa de crescimento do dinheiro investido em algum investimento (SILVA, 2004). A rentabilidade pode ser calculada utilizando-se o índice denominado de retorno sobre o investimento (ROI) ou retorno sobre o ativo (ROA), que de acordo com ROSS (2000) apresenta a seguinte expressão:

$$\text{ROI} = \text{ROA} = \text{Lucro Líquido} \div \text{Total do Ativo}$$

Além disso, o risco é proporcional ao retorno que se deseja. Assim, para retornos maiores, o investidor deve incorrer em riscos maiores. A figura abaixo exemplifica a relação entre risco-retorno, ativos, prazos e objetivos.

Figura 7 - Risco - Retorno - Prazo - Objetivos



Fonte: Adaptado pelo autor de HALFELD (2007)

7 OPÇÕES DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA

Basicamente as pessoas físicas tem acesso a dois tipos de investimentos:

- Renda Fixa: caderneta de poupança, títulos públicos, certificado de depósito bancário (CDBs), Fundos de Investimentos (em renda fixa) ;
- Renda Variável: Fundos de investimentos (multimercados) e ações.

7.1 CADERNETA DE POUPANÇA

A caderneta de poupança é a aplicação de recursos mais popular no Brasil (SECURATO, 2005). Ela pode ser considerada um investimento de renda fixa e sua remuneração depende sempre de políticas macroeconômicas do governo (HALFELD, 2007).

Conforme Fortuna (2005, p.303):

É a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, senão a única, em que se podem aplicar pequenas somas e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para saques fora da data de aniversário da aplicação.

A remuneração para pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos era mensal (SECURATO, 2005). Antigamente a caderneta de poupança era remunerada pela Taxa Referencial (TR) da data de aniversário do depósito mais um acréscimo de 0,5%. No entanto, com a queda da taxa Selic e conseqüentemente com a queda da taxa de remuneração do CDI, para manter a atratividade desse investimento e evitar uma migração dos investimentos para a poupança, já que a mesma é uma aplicação com menos risco, as regras de remuneração da poupança foram mudadas.

Depósitos realizados até o dia três de maio de dois mil e doze, continuam a ser remunerados pela regra antiga da TR acrescida de 0,5%a.m. na data de aniversário. Contudo, para depósitos posteriores, a essa data limite, a nova regra estipulou uma remuneração nova composta de duas parcelas atrelada basicamente a performance da taxa Selic (<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>):

- a remuneração básica, dada pela Taxa Referencial - TR (mantida), e a remuneração adicional, correspondente a:
 - 0,5% ao mês, enquanto a meta da taxa Selic ao ano for superior a 8,5%; ou
 - 70% da meta da taxa Selic ao ano, mensalizada, vigente na data do início do rendimento, enquanto a taxa Selic ao ano for igual ou inferior a 8,5%.

A remuneração dos depósitos de poupança é calculada sobre o menor saldo de cada período de rendimento. O período de rendimento é o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança, para pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos. Para os demais depósitos, o período de rendimento é o trimestre corrido, também contado a partir da data de aniversário da conta. Além disso, a data de aniversário da poupança é o dia do mês seguinte de sua abertura (<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>).

A caderneta de poupança é isenta de qualquer imposto para pessoas físicas e jurídicas, não tributadas por lucro real (SECURATO, 2005). Além disso, a aplicação em caderneta de poupança é garantida pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), cujo limite atual é de R\$ 60.000,00 por pessoa em cada instituição financeira.

O FGC garante os seguintes créditos: depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio, depósitos de poupança, depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, letras de câmbio, letras imobiliárias e letras hipotecárias. Porém, não estão cobertos os créditos de titularidade de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, os depósitos, empréstimos ou quaisquer outros recursos captados ou levantados no exterior, os créditos de titularidade de pessoas ligadas à instituição, assim entendidos os seus administradores e demais membros de órgãos estatutários, seus controladores e sociedades por estes controladas, direta ou indiretamente, e de coligadas sob controle comum. Os recursos mantidos em fundos de investimento também não são garantidos pelo FGC (ANDREZO; LIMA, 1999, p.279).

7.2 CDB

Os Certificados de Depósito Bancário, são títulos emitidos por Bancos, com prazos curtos (30 a 180 dias) e podem ser pré ou pós fixados (HALFELD, 2007). São investimentos sujeitos a incidência do IR de acordo com o tempo de aplicação (SECURATO 2005). A tabela abaixo demonstra a incidência regressiva do IR conforme o prazo de resgate.

Tabela 3 - Tabela de incidência do IR sobre CDB

Aplicação (tempo)	Alíquota
Aplicações de até 6 meses	Alíquota de 22,5%
Aplicações de 6 a 12 meses	Alíquota de 20%
Aplicações de 12 a 24 meses	Alíquota de 17,5%
Aplicações acima de 24 meses	Alíquota de 15%

Fonte: adaptado de SECURATO (2005)

De acordo com Macedo JR. (2007), os CDBs são títulos emitidos pelos bancos, que pagam taxas de juros no vencimento, do mesmo. A compra de um CDB é como se você estivesse emprestando seu dinheiro ao banco e por isso, o banco paga uma determinada taxa de juros para você. Por outro lado, o banco empresta o dinheiro que você aplicou no CDB a outras pessoas por uma taxa de juros maior. A taxa de juros pode ser pré ou pós fixada.

O principal risco envolvido nesse tipo de investimento é de que o banco que emitiu o CDB deixe de honrar seu compromisso e fique inadimplente e não tenha como pagar os credores. Lima (2006) define três riscos desse produto financeiro: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez.

7.3 TESOURO DIRETO

De acordo com Securato (2005), os títulos públicos possuem dois mercados: mercado primário e secundário. O mercado primário é aquele onde o título é lançado por meio de Leilões realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para as instituições e para as pessoas físicas. Esses títulos adquiridos no mercado primário pelas instituições não são necessariamente carregados até o vencimento pelas

mesmas. Eventualmente eles são negociados com outras instituições no *open market* ao que se denomina de mercado secundário.

Via Tesouro Nacional (www.tesourodireto.gov.br) os brasileiros podem comprar títulos públicos federais (HALFELD 2007). Há três tipos de títulos a disposição.

- LTN: Letra do Tesouro Nacional (juros pré fixados);
- LFT: Letra Financeira do Tesouro (juros pós fixados - rendem próximo a taxa Selic);
- NTN: Nota do Tesouro Nacional (rendem IGP-M ou IPCA, mais uma parcela fixo de juros).

Quanto aos prazos eles variam e podem ultrapassar os 25 anos.

7.4 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

De acordo com Lima (2006), o fundo de investimento se caracteriza por ser formado por um conjunto de investidores que visam um objetivo comum que é o aumento do capital investido. Para isso, os fundos buscam aplicações no mercado de acordo com o perfil do fundo de investimento.

Conforme Cerbasi (2003), aponta vantagens e desvantagens da aplicação em fundos de investimento:

- Vantagens: é uma forma de investir em papéis seguros, dependendo da proposta do fundo, aos quais uma pessoa física com limitação de recursos financeiros não teriam acesso.
- Desvantagens: quando são administrados por grandes instituições financeiras (bancos de varejo), geralmente oferecem baixa rentabilidade e taxas de administração abusiva que muitas vezes não são explicitadas ao cliente. Há casos que as ataxas de administração corroem cerca de um terço da rentabilidade anual do fundo. Taxas acima de 1% devem ser evitadas.

Os riscos dos fundos são geralmente ligados ao perfil do fundo. Há fundos com estilo conservador que apresentam baixo risco. No entanto, há fundos agressivos que usam de alavancagem para possibilitar retornos maiores porém incorrem em riscos maiores.

7.4.1 Funcionamento Dos Fundos

Ao aplicar num fundo, é fundamental que o investidor saiba qual o perfil do mesmo, e se esse se encaixa nos seus objetivos e perfil como investidor. Basicamente o investidor compra uma certa quantidade de cotas do fundo.

Lima (2006) diz que ao adquirir cotas de um fundo, o investidor fica sujeito a deveres e direitos, que visam buscar um tratamento equitativo entre todos os membros. Cada fundo de investimento apresenta seu conjunto de deveres e direitos que vêm expressos nos prospectos e regulamentos dos fundos.

7.4.2 Custos

As taxas que costumam ser cobradas pelos administradores do fundo são a taxa de administração e alguns podem cobrar a taxa de *performance*. De acordo com Macedo JR (2007), a taxa de administração consta de um percentual fixo cobrado sobre o patrimônio do fundo. Já a taxa de *performance* é cobrada quando o gestor do fundo traz rendimentos acima de uma marca pré-determinada. A taxa incide sobre rendimento excedente.

As taxas costumam variar no mercado e conforme Cerbasi (2003), devem ser bem analisadas pois taxas de administração altas podem consumir até um terço do rendimento anual do fundo.

7.4.3 Tipos De Fundos De Investimentos

Os principais tipos de fundo do mercado são de acordo com a ANBIMA:

- Fundos de curto prazo: buscam o retorno através de investimentos em títulos indexados a CDI/Selic ou em papéis prefixados.
- Fundos Referenciados:

- Referenciados DI: objetivam investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos ou operações que busquem acompanhar as variações do CDI ou SELIC.
- Referenciado Outros: objetivam investir, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos ou operações que busquem acompanhar as variações de um parâmetro de referência diferentes dos definidos no item a, acima.
- Fundos de Renda Fixa: buscam o retorno por meio de investimento em renda fixa. Devem manter no mínimo 80% de sua carteira em títulos públicos federais ou ativos de baixo risco de crédito. Não admitem alavancagem.
- Fundos Cambiais: possuem em sua carteira composta por títulos de renda fixa (80%) que estejam relacionados com a variação de preços de uma moeda estrangeira ou a uma taxa de juros.
- Fundo de Ações: são aqueles que possuem ações na composição de sua carteira objetivando com isso acompanhar o desempenho das principais ações do mercado. A composição deve ter no mínimo 67% em ações de empresas negociadas na bolsa de valores.
- Fundos de Dívida Externa: tem por objetivo investir em títulos representativos da dívida externa da União.
- Fundos Multimercados: investem em diversos ativos tais como renda fixa, ações, câmbio, derivativo e outros, podendo ou não apresentar alavancagem.

7.5 AÇÕES

Ações a grosso modo podem ser consideradas uma pequena parte da empresa que é adquirida pelo investidor. Ao fazer essa aquisição, o investidor estará se tornando um sócio da empresa. De acordo com Assaf Neto (2001) a ação se constitui na menor fração do capital social de uma empresa. O acionista é um co-proprietário da empresa tendo o direito de participação no resultado da mesma. Essa ação pode ser convertida a qualquer momento em dinheiro no mercado via

negociação na bolsa de valores, onde a empresa é negociada, ou via mercado de balcão (mercado secundário).

7.5.1 Tipos De Ações

As ações no mercado brasileiro, podem ser divididas basicamente em ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN).

7.5.1.1 Ordinárias

As ações ordinárias proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais (SECURATO, 2005).

7.5.1.2 Preferenciais

As ações preferenciais de acordo com SECURATO (2005), tem prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital em caso de liquidação ou dissolução da sociedade. As ações preferenciais não têm direito a voto e não pode ser superior a 2/3 do capital da empresa. No entanto, se não houver distribuição de dividendos no prazo máximo de três exercícios consecutivos elas passam a dispor de direito a voto.

7.5.2 Rentabilidade

A rentabilidade das ações é variável, pois parte dela é composta dos dividendos ou participação nos resultados e benefícios concedidos pela empresa, advindos pela posse da ação. A outra parte advém do eventual ganho que pode haver na venda da ação no mercado.

7.5.2.1 Dividendos

A participação é feita sob a forma de distribuição de dividendos, num percentual a ser definido pela empresa baseada nos seus resultados. A empresa deve distribuir no mínimo 25% do seu lucro líquido ajustado como dividendo do

respectivo período. A tributação ocorre a nível da empresa ficando o acionista livre de tributação (SECURATO, 2005).

7.5.2.2 Juros Sobre O Capital próprio (JSCP)

É uma opção da empresa optar por remunerar o acionista por meio do pagamento de juros sobre o capital próprio em vez de distribuir dividendos. O cálculo é baseado na aplicação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre o capital investido, sendo esta taxa, em geral, superior à inflação do período. A tributação do JSCP é de 15% ao nível do acionista, apesar de serem dedutíveis para fins de imposto de renda (IR) a nível da empresa (SECURATO, 2005).

7.5.2.3 Bonificação Em Ações

Advém do aumento de capital social da empresa, mediante a incorporação das reservas e dos lucros. Dessa forma são distribuídas gratuitamente novas ações aos acionistas proporcionais ao número de ações possuídas previamente por cada um (SECURATO, 2005).

7.5.2.4 Bonificações Em Dinheiro

Além da distribuição de dividendos, excepcionalmente, a empresa poderá conceder aos acionistas uma participação nos lucros, por meio da bonificação em dinheiro (SECURATO, 2005).

7.5.2.5 Direitos De Subscrição

É o direito do acionista de adquirir novas ações, com preferência na subscrição, em quantidade proporcional as já possuídas, em contrapartida a estratégia de aumento de capital da empresa. O direito de subscrição além de garantir a possibilidade de manter a mesma participação do capital total, este direito pode significar ganho adicional de compra a um valor abaixo do de mercado por parte do acionista. Se o direito não for exercido, o mesmo pode ser negociado com terceiros (SECURATO, 2005).

8 METODOLOGIA DE ESTUDO

De acordo com a definição de Richardson (1999), em que método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição de fenômenos, nós realizaremos uma pesquisa de caráter descritivo com o intuito de consecutar os objetivos propostos para o trabalho.

Richardson (1999), define o método quantitativo como um método de pesquisa que se utiliza da quantificação para a coleta de informações e para o tratamento delas utilizando, posteriormente, técnicas estatísticas, desde as mais simples (percentual, média) até técnicas mais complexas. Roesch (1996) afirma que se o propósito é obter informações sobre determinada população como contar quantos, ou em que proporção seus membros tem certa opinião ou característica ou que freqüência certos eventos estão associados, a opção é o uso de um estudo descritivo.

Considerando o caráter descritivo, o trabalho se propôs a obter informações de determinada população, como e o quanto os indivíduos conhecem o assunto estudado bem como com que freqüência certos elementos estão interligados.

8.1 PRÉ-TESTE

Segundo Malhotra (2001), o pré-teste se refere ao teste do questionário em uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais. Para evitar a necessidade de um pré teste com o intuito, de testar todos os aspectos dos questionários, ou seja, conteúdo da pergunta, o enunciado, a seqüência, o formato, o leiaute, as dificuldades e instruções foi utilizado uma combinação entre dois questionários já validados e previamente utilizados em dois trabalhos anteriores ao nosso (AMADO, 2011; DE BARROS, 2010).

8.2 AMOSTRA DA PESQUISA

Usualmente, como informa Roesch (1996), os levantamentos são usados com grandes populações. No entanto, dependendo do tamanho da população, do tempo dos entrevistadores, custos e etc, faz-se necessário extrair uma parcela desta população para investigar. Malhotra (2001) explica que o planejamento de uma amostragem começa com a especificação da população-alvo que possui a informação procurada pelo pesquisador e sobre a qual devem ser feitas inferências.

Conforme Richardson (1999), os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam a população, é necessário assegurar a presença do sujeito-tipo. Por isso foi escolhida a amostra intencional ou de seleção racional. Portanto, para a composição da amostra desta pesquisa, utilizou-se o seguinte critério: ser cirurgião-dentista com inscrição ativa junto ao Conselho Regional de Odontologia seção Rio Grande do Sul e atuando no Rio Grande do Sul. Por conveniência, o questionário foi disponibilizado junto a grupos de dentistas nas redes sociais.

8.3 COLETA DOS DADOS

O questionário utilizado constou basicamente de 42 perguntas fechadas e eventualmente perguntas abertas a fim de analisar, através de situações hipotéticas, o nível de conhecimento dos entrevistados. O instrumento de pesquisa foi veiculado junto a uma comunidade de cirurgioes dentistas do Rio Grande do Sul numa rede social e ficou disponível para ser respondido no periodo entre as 21h do dia 04/11/2013 às 12h do dia 13/11/2013. O publico alvo eram Cirurgiões Dentistas em atividade no Rio Grande do Sul.

Richardson (1999), afirma que o método de escolhas hipotéticas surge como o mais simples procedimento através do qual um grande número de questões teóricas pode ser investigado. A utilização desse método é justificada porque geralmente as pessoas sabem como se comportariam em situações de escolhas e também por levar em consideração que os entrevistados não têm razões para esconder suas preferências, pois não é necessária a identificação.

8.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados nos dará as informações para que possamos conhecer o perfil e tecer idéias a cerca do nosso público de estudo. A partir do questionário de 42 questões obtivemos informações acerca do perfil do cirurgião dentista como renda, principal ocupação, idade, dados sobre conhecimento financeiro e sobre investimentos e endividamento.

8.4.1 Metodologia Da Análise

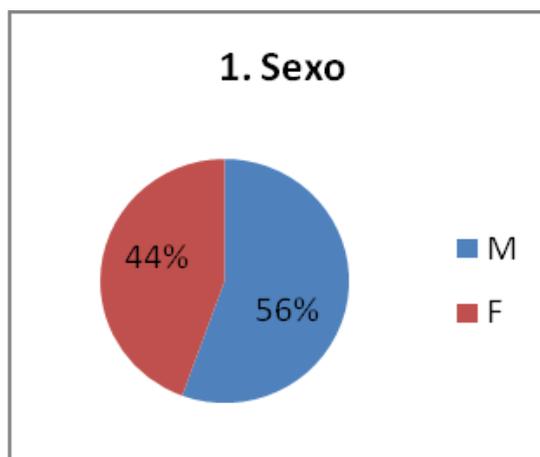
A análise se deu a partir dos dados coletados pelo questionário respondido via *Google Docs*, o qual já emite uma base de dados que pode ser (importada) transportada para uma posterior análise no *Microsoft Excel*. Com a aplicação de filtros e fórmulas sobre a base de dados importada, foi possível fazer uma análise simples dos dados e a confecção de gráficos para melhor apresentação dos resultados obtidos. Nem todas as questões foram utilizadas na análise por conveniência do pesquisador.

8.5 RESULTADOS

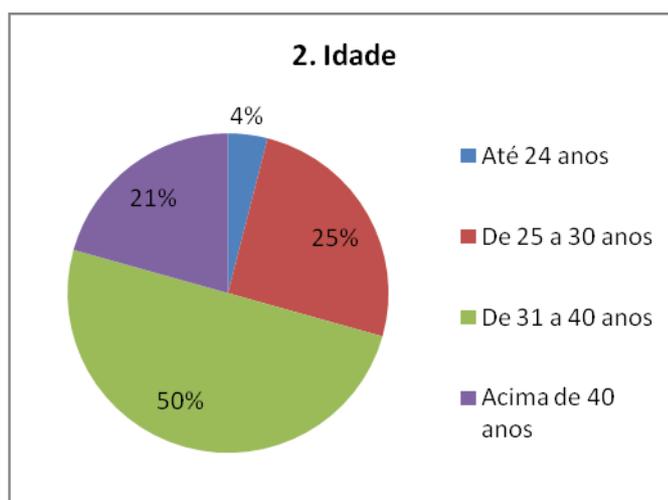
Os resultados foram obtidos a partir das respostas do questionário empregado como instrumento de coleta de dados e importados via *Google Docs* para o *Microsoft Excel*.

8.5.1 Perfil Da Amostra

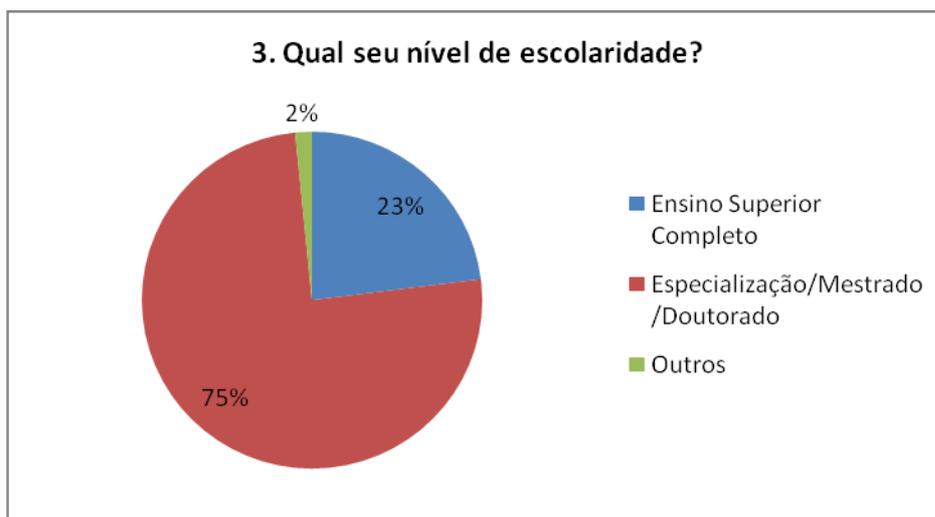
A amostra foi constituída pelos 126 cirurgiões dentistas que responderam o questionário sendo que desses 70 são do sexo masculino e 56 do sexo feminino. Tal distribuição corresponde a respectivamente 56% e 44% da amostra (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Sexo dos entrevistados

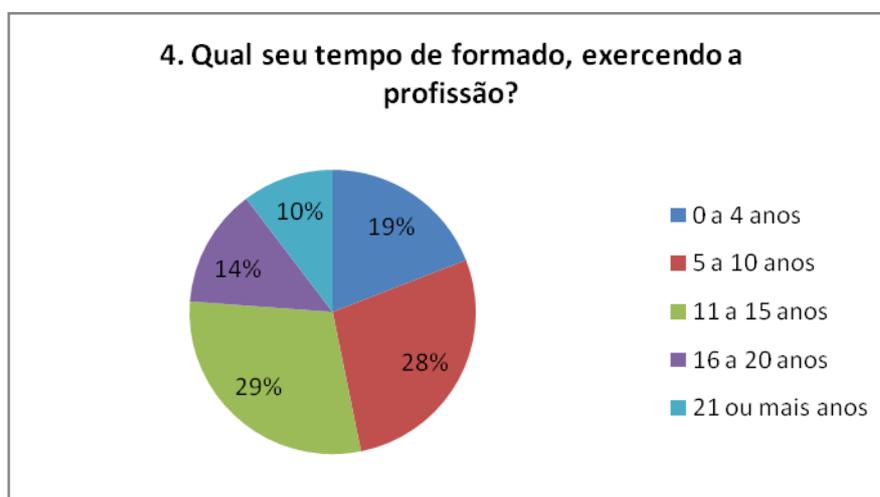
Em relação a idade, a amostra é composta predominantemente 2 grupos entre 25 e 40 anos responsáveis em conjunto por 75% da amostra. Isso pode ser reflexo do maior acesso a internet e as redes sociais, por onde foi veículado o instrumento de pesquisa, por parte desse grupo se comparado ao grupo acima de 40 anos. O grupo com idade até 24 anos é pouco expressivo provavelmente por essa ser a idade média com que se formam os cirurgiões dentistas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Idade dos entrevistados

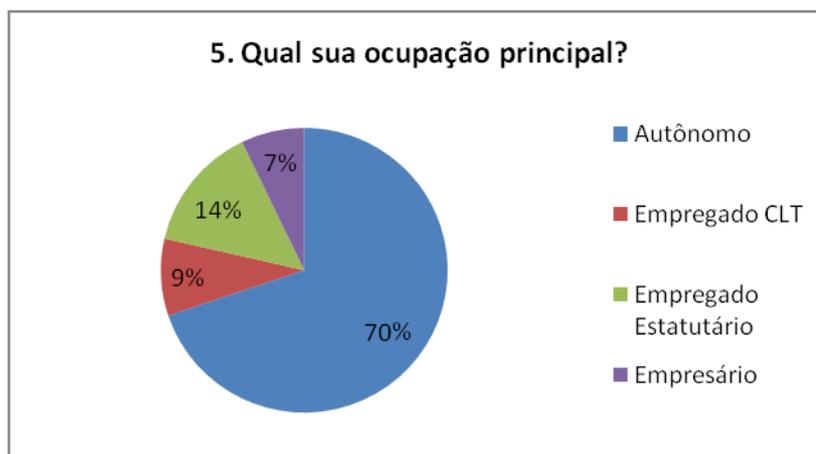
O grau de escolaridade da amostra mostra que 75% da amostra possui alguma pós graduação - especialização, mestrado e mestrado (Gráfico 3) o que já era esperado frente as necessidades da classe com a mudança de mercado dos últimos anos e da concorrência acirrada pelo número crescente de profissionais.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade

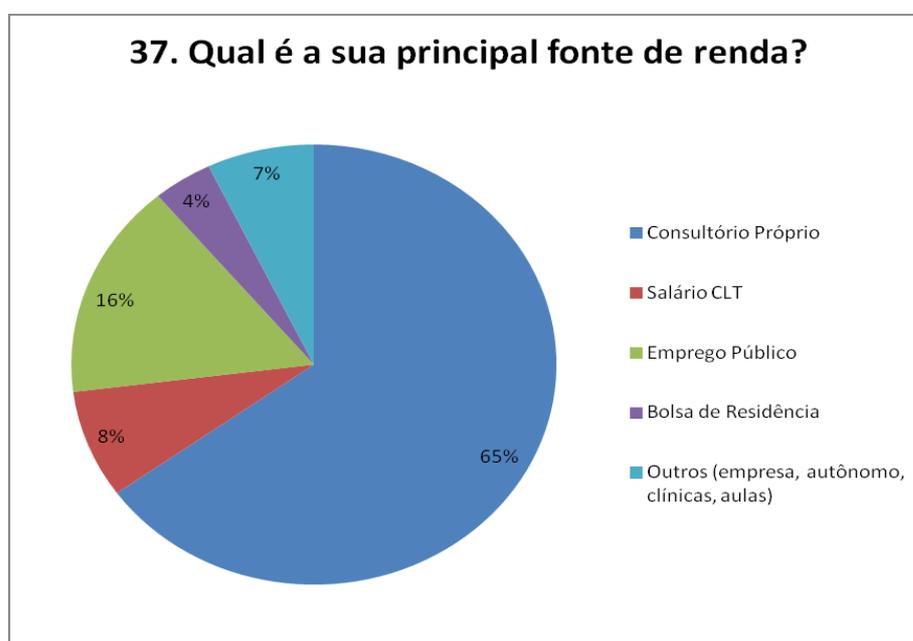
Em relação ao tempo de formado, predomina os cirurgiões dentistas com até 15 anos de formados (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Tempo de formado

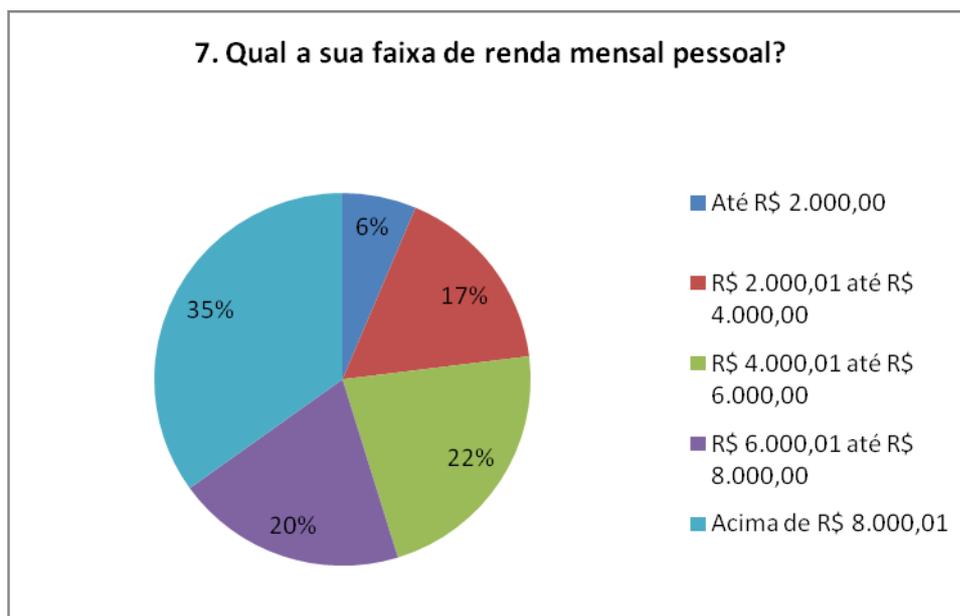
A principal ocupação dos cirurgiões dentistas dessa amostra é o trabalho como autônomo, correspondendo a mais que o dobro das três outras categorias (empregado CLT, empregado estatutário e empresário). Isso pode ser explicado pelo caráter de profissional liberal da profissão na sua origem (Gráfico 5).

Gráfico - 5 Qual sua ocupação principal?

Quando olhamos para a principal fonte de renda do cirurgião dentista da amostra, ele reflete em parte a distribuição da ocupação principal desse mesmo profissional. A renda proveniente do consultório e de situações descritas como autônomo, clinicas, magistério e empresa, fica próxima do percentual declarado de que 70% da ocupação principal é como autônomo (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Qual é a sua principal fonte de renda?

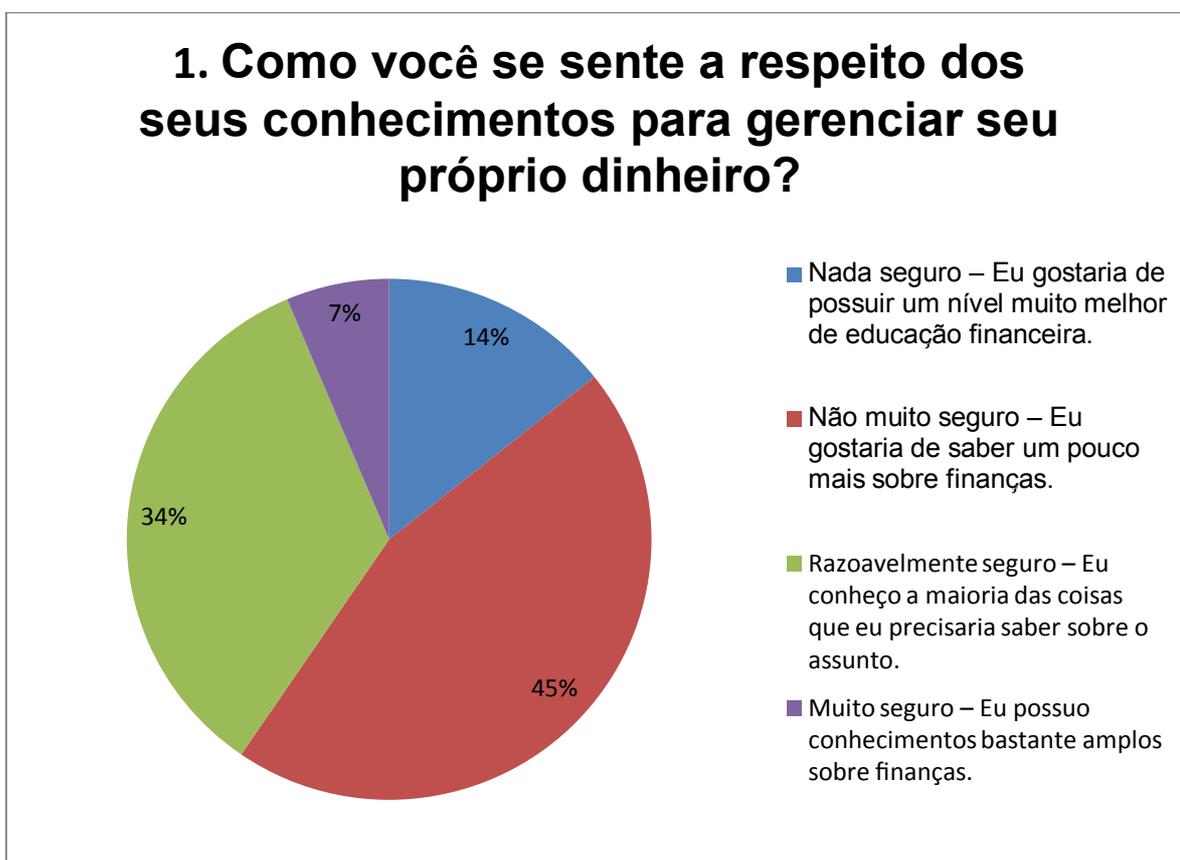
A renda mensal da amostra mostra uma renda bem distribuída, com uma maior faixa se situando acima dos R\$ 8.000,01, responsável por 35% da amostra. A menor faixa ficou em 6% representando os ganhos até R\$ 2.000,00 (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Qual a sua faixa de renda mensal?

8.5.2 Conhecimento Financeiro

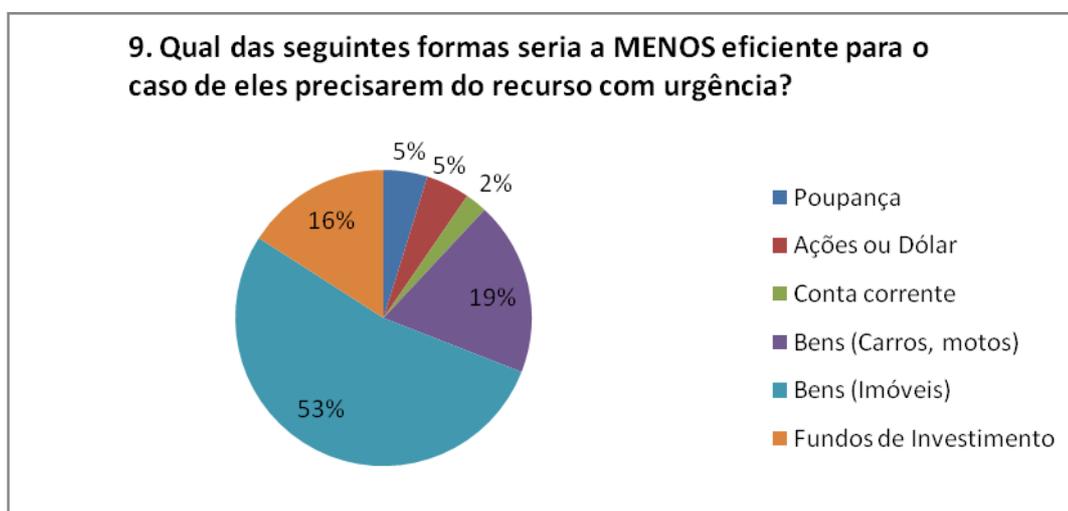
Em relação ao conhecimento financeiro, a maior parte da amostra relatou que não se sente nada seguro ou não muito seguro de conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro. Isso corresponde a 75% da amostra (2 grupos). Apenas uma pequena parcela de 8% se disse sentir seguro nesse quesito (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Como você se sente a respeito dos conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?



Confrontado com uma pergunta sobre a forma menos eficiente de investimentos para se conseguir resgatar em um caso de emergência, vemos que mais da metade da amostra (cerca de 72% considerando os 2 grupos com menos liquidez) respondeu corretamente apontando os investimentos com menos liquidez como sendo o menos eficiente. Olhando no lado oposto, apenas 7% das pessoas da amostra consideraram as duas formas mais líquidas de guardar dinheiro (poupança e conta corrente) como sendo menos eficientes na hora de uma urgência. Se por um lado o número pequeno conforta por ver que apenas uma minoria não tem a mínima noção de um conhecimento financeiro básico, por outro preocupa pela gravidade dessa situação (Gráfico 9).

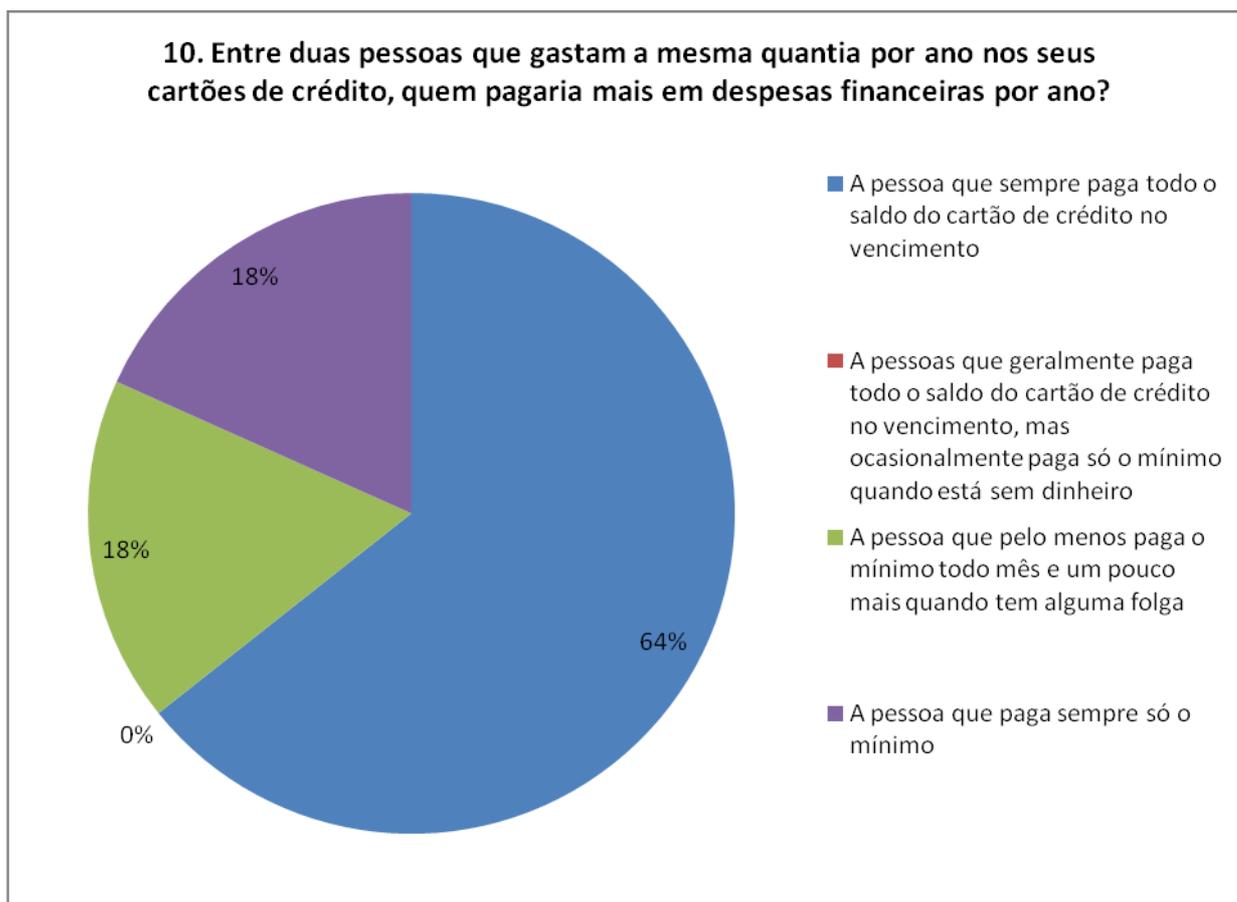
Gráfico 9 - Forma menos eficiente para conseguir recursos em caso de emergência



Em relação as despesas financeiras referente ao uso de instrumentos de crédito, quando perguntados sobre uma situação hipotética de que se duas pessoas que gastam a mesma quantia por ano nos seus cartões de crédito, quem pagaria mais em despesas financeiras por ano, vemos que 64% das pessoas da amostra respondeu erroneamente que pagaria mais juros quem paga sempre todo o saldo. Isso preocupa pois os juros cobrados pelos Bancos e administradoras de cartão de crédito sobre esse instrumento financeiro é o mais alto do mercado. O uso errado desse instrumento financeiro levará certamente o seu usuário a uma situação de endividamento de resolução complicada até mesmo para um profissional, da área financeira, conseguir solucionar.

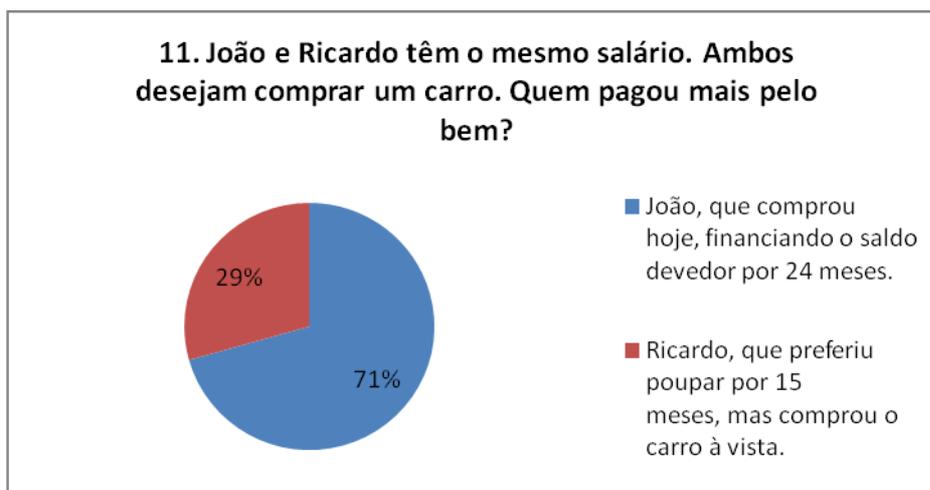
Opostamente apenas 18% responderam que a pessoa que paga apenas o mínimo realmente pagará mais despesas financeiras resultante desse tipo de atitude. Isso surpreendeu negativamente pois o esperado era essa questão apresentar um alto índice de resposta correta, por essa questão apresentar um tema considerado de conhecimento básico em finanças (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Despesas Financeiras



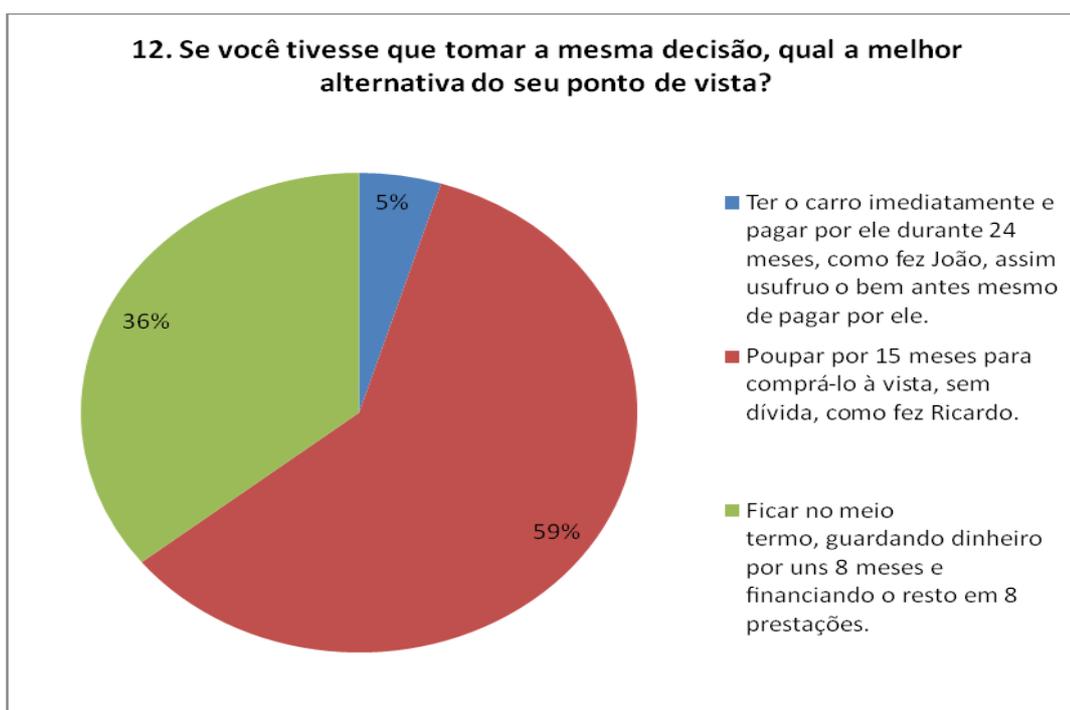
Foi questionado o conhecimento sobre o custo do dinheiro apresentando uma questão hipotética onde João e Ricardo, possuíam o mesmo salário e ambos desejavam comprar um carro. No entanto, João comprava o carro hoje financiando o saldo devedor em 24 meses. Já Ricardo poupou por 15 meses e comprou o carro a vista. Quem pagou mais pelo bem? A maioria responde corretamente indicando que João incorreu em mais custos. Porém um número expressivo da amostra respondeu de forma incorreta. Isso novamente preocupa pois o custo do dinheiro no Brasil é caro e deve ser usado com parcimônia (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Custo do dinheiro



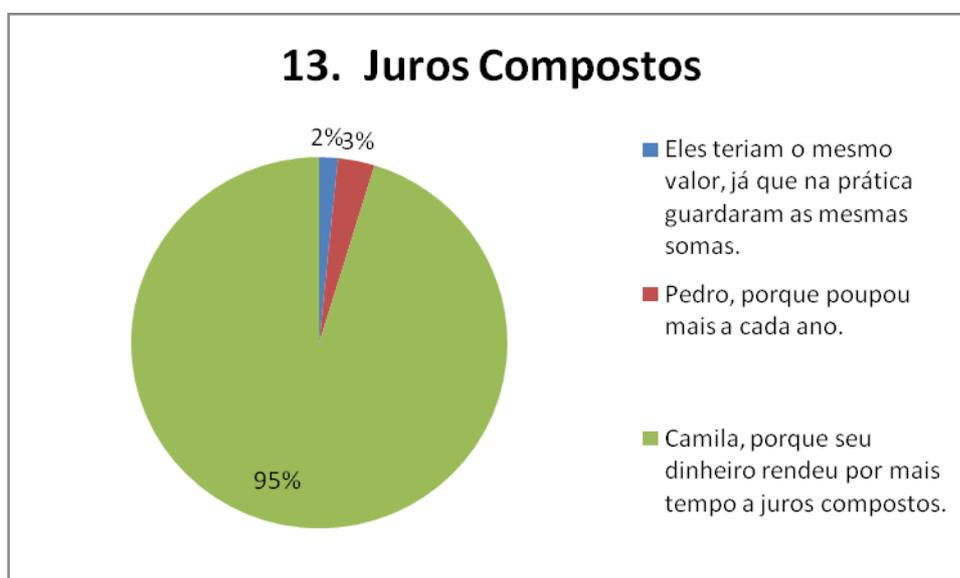
Ao serem colocados na situação da questão anterior, as respostas apresentadas mostram que a maioria (60%) adotariam a atitude de Ricardo, poupando por 15 meses para comprá-lo a vista (Gráfico 12). Porém um número expressivo estaria disposto a incorrer em algum grau de despesa financeira para obter o bem desejado imediatamente ou antes de possuir recursos próprios, mostrando que as vezes só o conhecimento não basta frente a hábitos de consumo inadequados.

Gráfico 12 - Custo do dinheiro e despesas - pessoal



Questionado o grupo sobre o conhecimento de juros compostos vemos que 95,24% há a noção da ação conjunta dos juros e do tempo sobre o valor do dinheiro ao longo do tempo e que quanto mais tempo os juros agirem sobre uma mesma quantia, maior será o valor agregado no final de um período. Isso fica claro pelas respostas a questão que simulava a situação de Pedro e Camila, ambos com mesma idade, onde Camila começa a aplicar aos 25 anos uma quantia de R\$ 1.000,00 por ano. Aos 50 anos, Pedro passa a aplicar R\$ 2.000,00 por ano e Camila continua com seus R\$ 1.000,00. Hoje aos 75 anos, quem acumulou mais se ambos fizeram o mesmo investimento?(Gráfico 13)

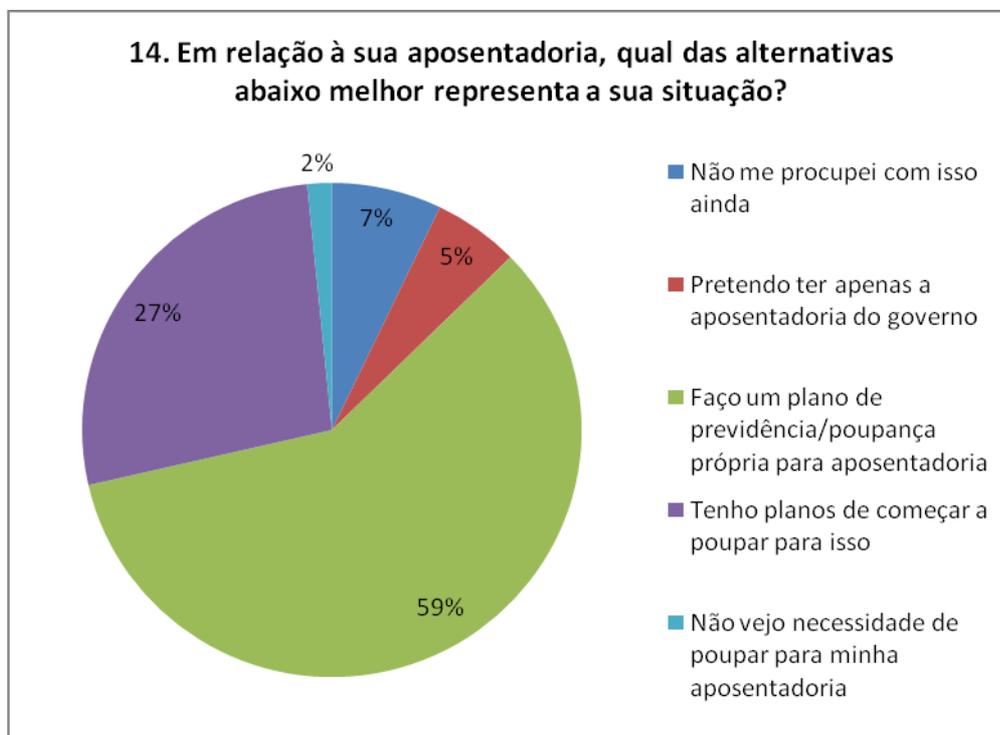
Gráfico 13- Juros Compostos



Essa questão da ação dos juros compostos e da importância do tempo sobre o dinheiro é fundamental para o planejamento de uma reserva financeira para ser usada seja em momentos de urgência, para investimento ou para uma aposentadoria que possa garantir principalmente no longo prazo a manutenção de um padrão de vida conquistado no período de trabalho ativo. Ao serem questionado sobre o planejamento de uma aposentadoria vemos que a grande maioria tem essa preocupação (74% da amostra). Do lado oposto somente uma pequena parcela não vê necessidade de se preocupar com a aposentadoria ou não pensou ainda nisso. Alternativamente uma pequena parcela pretende ter apenas a parcela do governo. Por outro lado uma parcela significativa (26,98%) tem planos de começar a poupar

para a aposentadoria. O ideal é que comecem o quanto antes para poderem se beneficiar da ação do tempo sobre o valor do dinheiro (Gráfico 14).

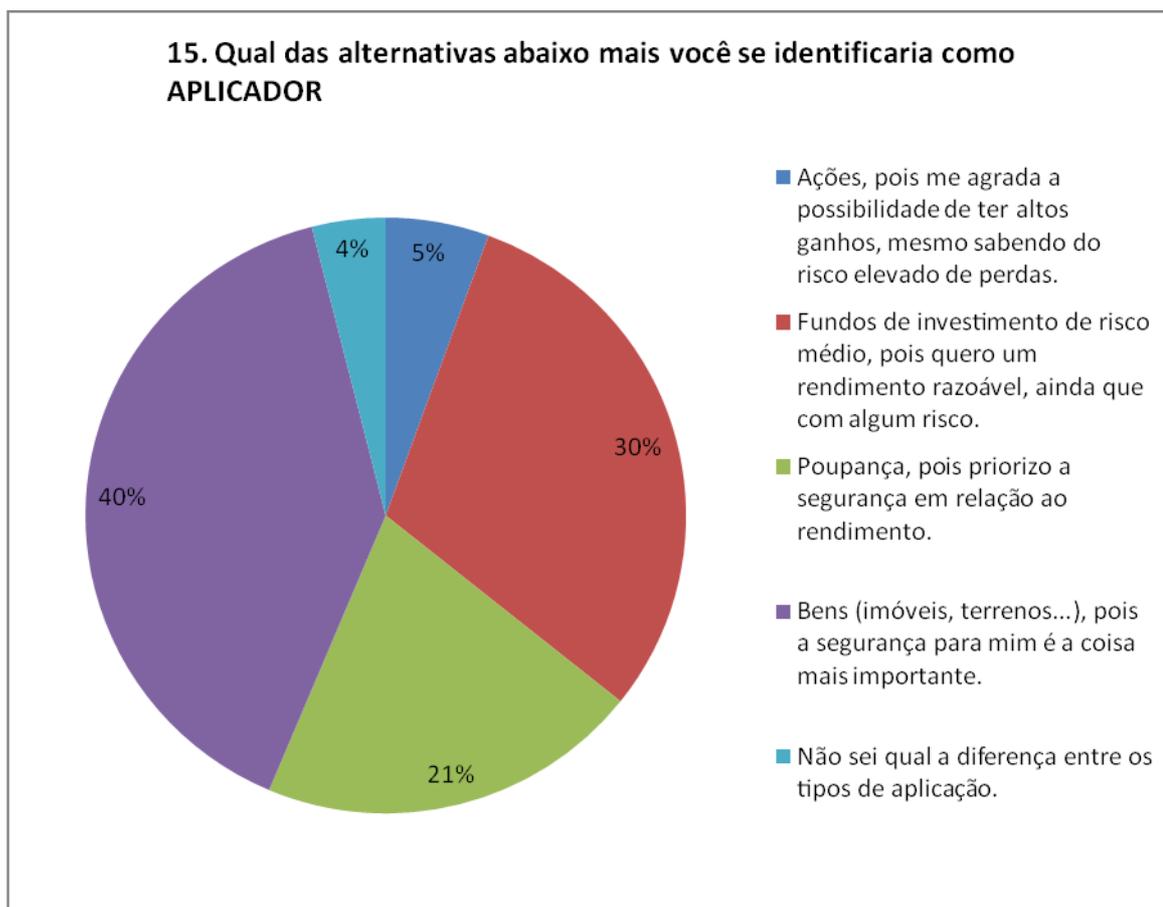
Gráfico 14 - Aposentadoria



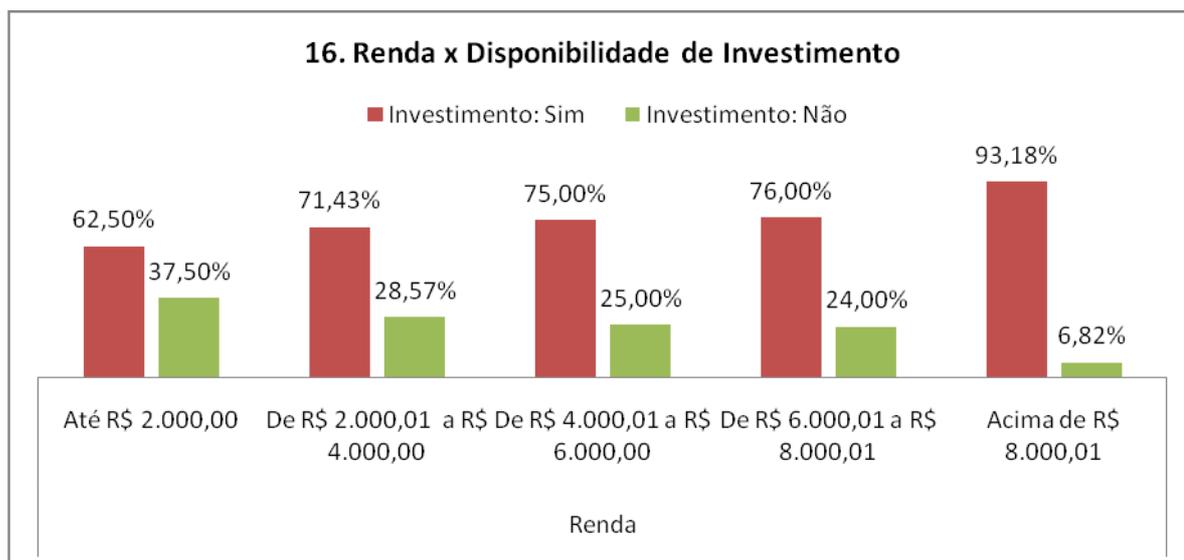
8.5.3 Perfil Financeiro

Passaremos a analisar nessa secção o perfil de investimento e de endividamento dos cirurgiões dentistas da amostra. Utilizamos para isso análise uni e bivariada onde foram feitos cruzamentos entre as variáveis.

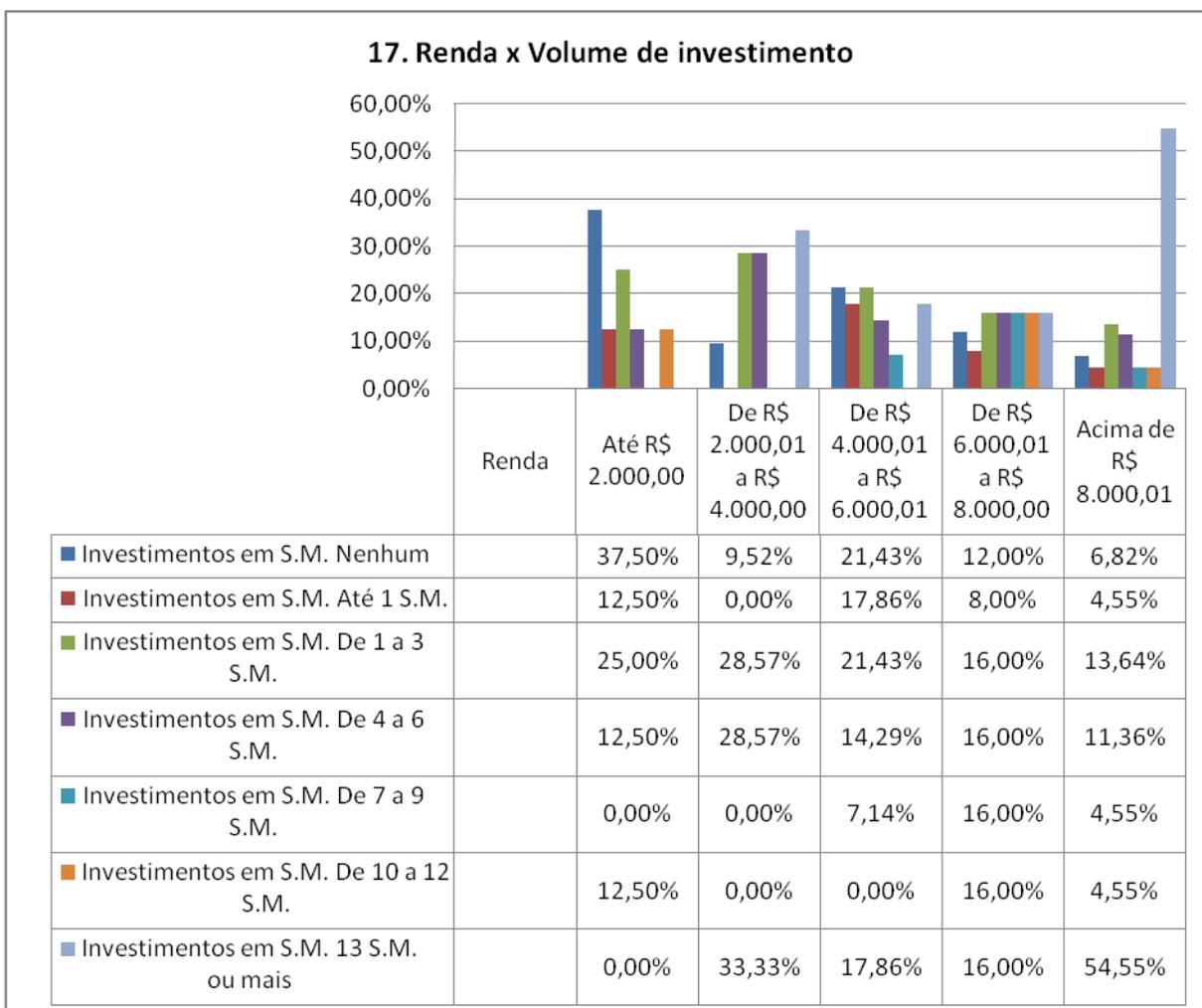
Quando questionados sobre o investimento que fariam caso fossem investir, de forma a analisar a disposição ao risco e a preferência de investimento, a maioria das pessoas da amostra preferiu ativos de menor liquidez, como imóveis, justificando isso pela sensação de segurança que tal investimentos proporcionam, segundo a percepção pessoal. Uma grande parcela também investiria na poupança, apesar do baixo rendimento, mas pela grande sensação de segurança que tal investimento proporciona (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Risco e preferência de investimento

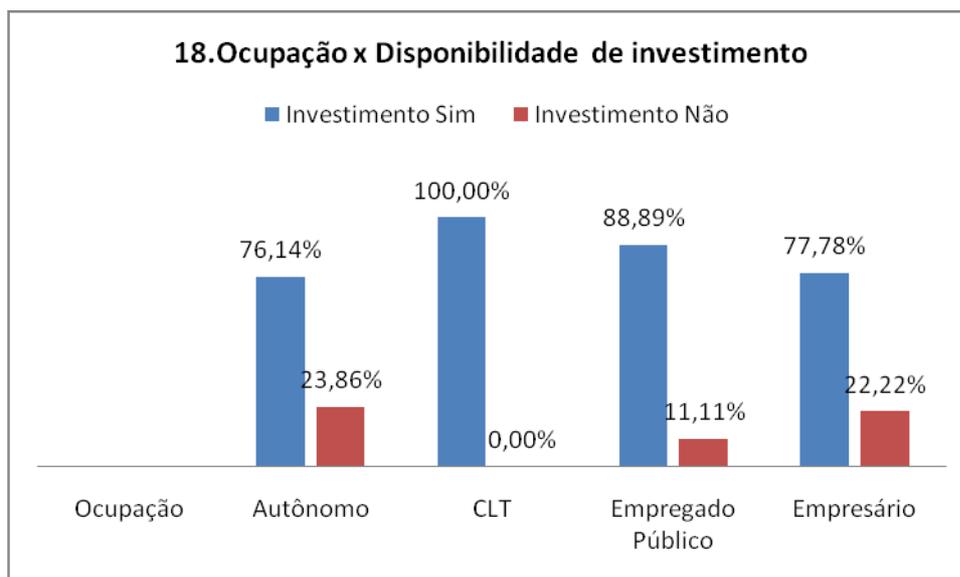
A relação entre nível de renda e investimentos mostra que a medida que a renda aumenta, a disposição a investir aumenta mostrando uma diferença significativa no grupo onde os cirurgiões dentistas declararam ter uma renda acima de R\$ 8.000,01 com 93,18% dos elementos desse grupo afirmando que investem (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Renda x Disponibilidade de Investimento

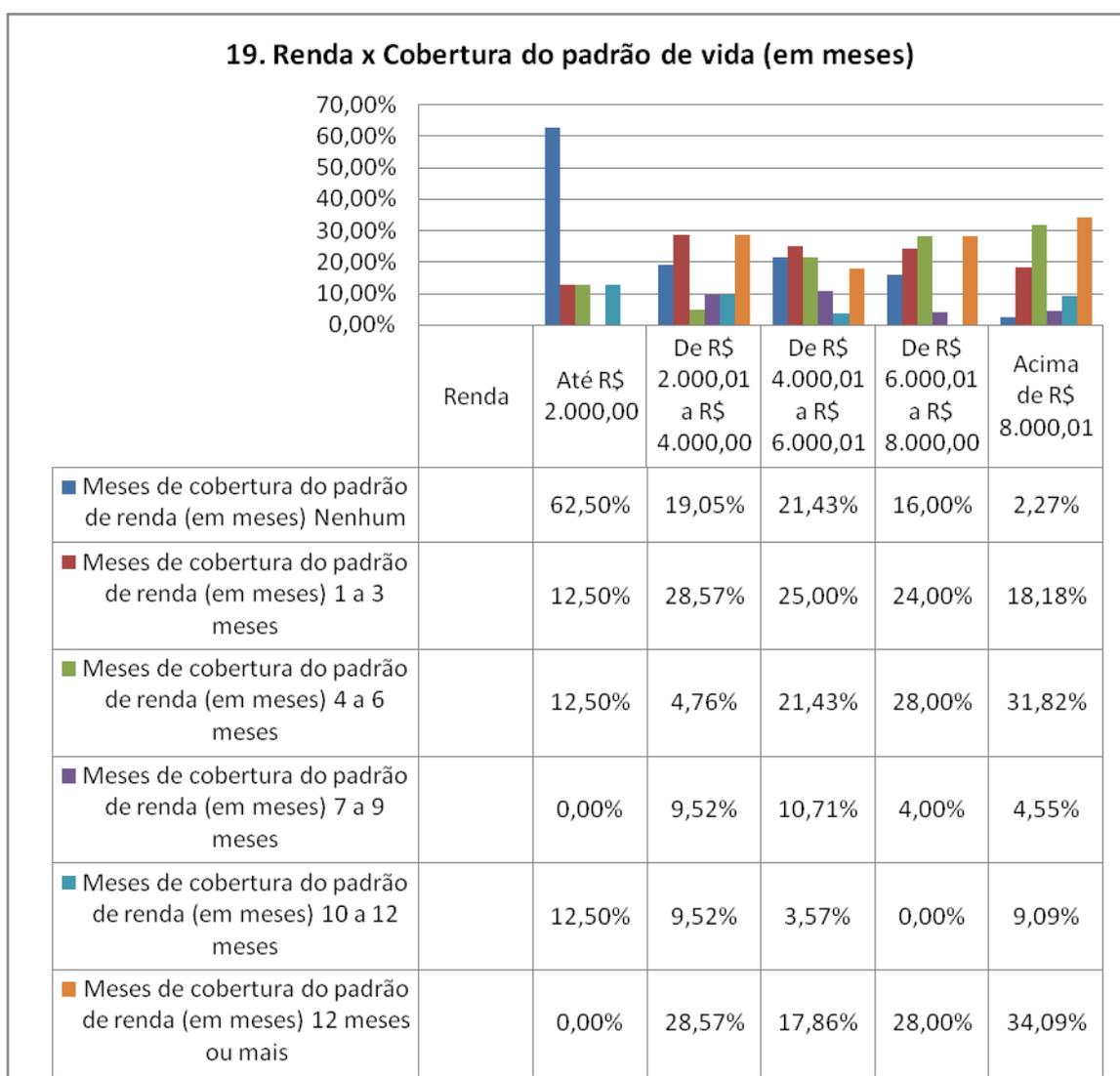
Ao relacionarmos a renda com o valor do investimento possuído, utilizando como base o valor do salário mínimo (R\$ 678,00), percebe-se que nos extremos estão as diferenças mais significativas. No grupo que declararam ter renda até R\$ 2.000,00 é onde temos o maior percentual de pessoas que declararam não possuir nenhum investimento. No outro extremo, no grupo que declarou renda acima de R\$ 8.000,01 encontra-se o maior percentual de pessoas que possuem investimentos que totalizam 13 ou mais salários mínimos (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Renda x Volume de investimento

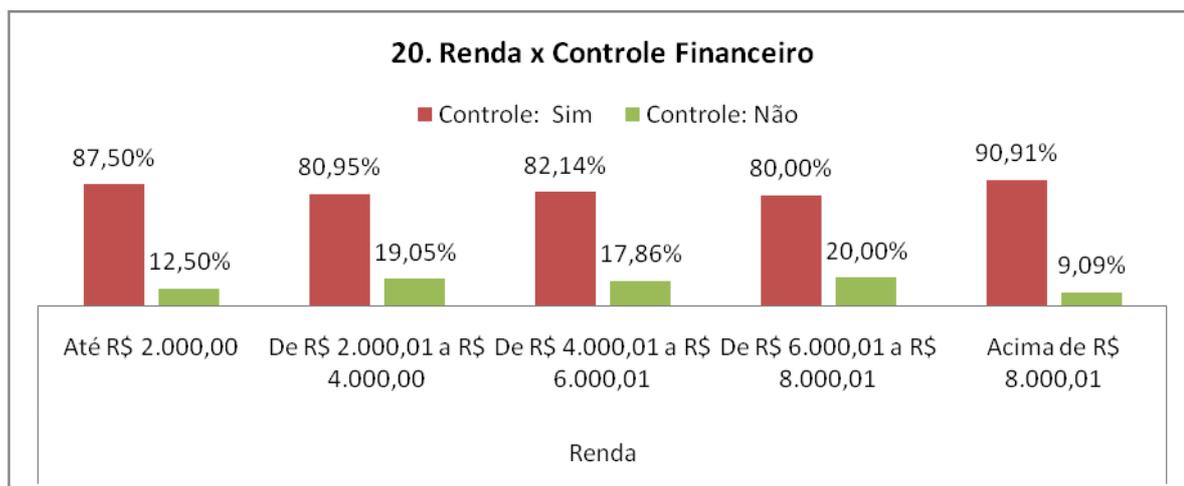
Relacionando a ocupação definida pelos cirurgiões dentistas na pesquisa com a disponibilidade de investimento, vemos que o pessoal que se define como tendo a maior parte do seu tempo empregado via CLT apresentou um percentual de 100% de investidores, seguido pelos funcionários públicos. Curiosamente, os empresários e autônomos apresentaram uma menor disponibilidade de investimento com percentual respectivamente apenas 77,78% e 76,14% de investidores. Isso preocupa, pois diferentemente dos funcionários celetistas e estatutários que possuem diversos benefícios, os autônomos não os possuem e precisam para isso investir de forma a garantir uma reserva financeira para poder dispor, seja para urgências, para investimento em máquinas/equipamentos e para aposentadoria (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Ocupação x Disponibilidade de investimento

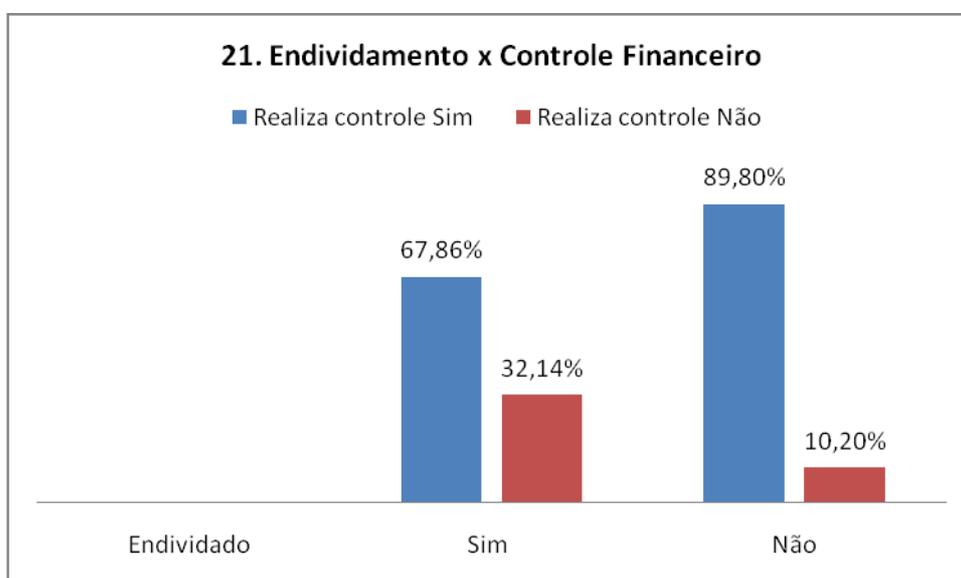
Um dos motivos de se ter uma reserva financeira é dispor de dinheiro, por um determinado tempo, em caso de perda temporária ou definitiva da fonte de renda periódica. Considerando apenas uma perda eventual da renda, notamos que entre os que declararam possuir uma renda acima de R\$ 8.000,01 está o maior percentual dos que conseguiriam manter o seu padrão de vida por 12 meses ou mais, com um percentual de 34,09%. No extremo, aqueles que declararam não conseguir manter o padrão de vida atual por nenhum mês encontram-se na faixa dos que declararam ter uma renda de até R\$ 2.000,00 com 62,50% (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Renda x Cobertura do padrão de vida (em meses)

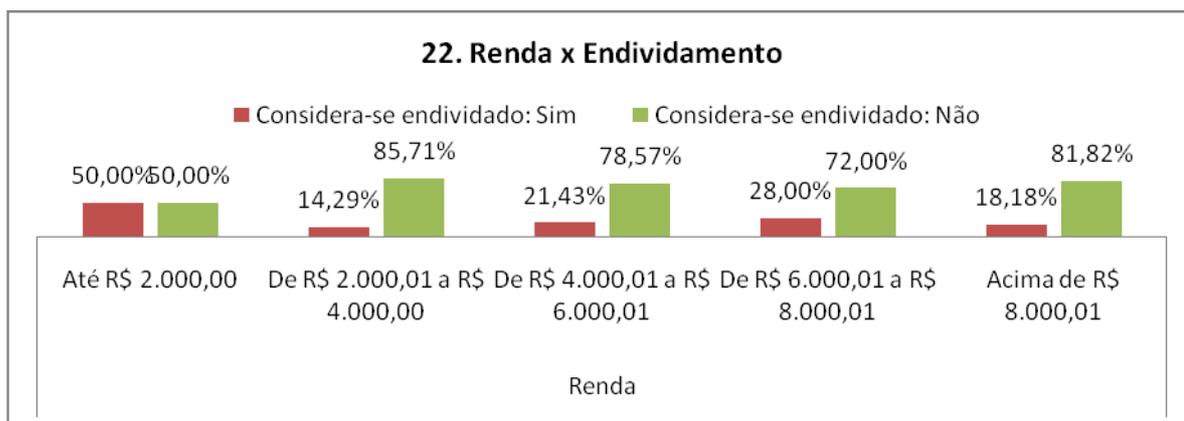
Um fator importante para o planejamento financeiro é possuir método ou ferramenta de controle financeiro. Seja via software, planilha eletrônica, caderno de anotações isso permite o controle buscando atingir as metas pré estabelecidas para que os objetivos previstos no planejamento sejam atingidos. Nessa amostra vemos que o controle acontece basicamente em todas as faixas de renda pesquisadas (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Renda x Controle Financeiro

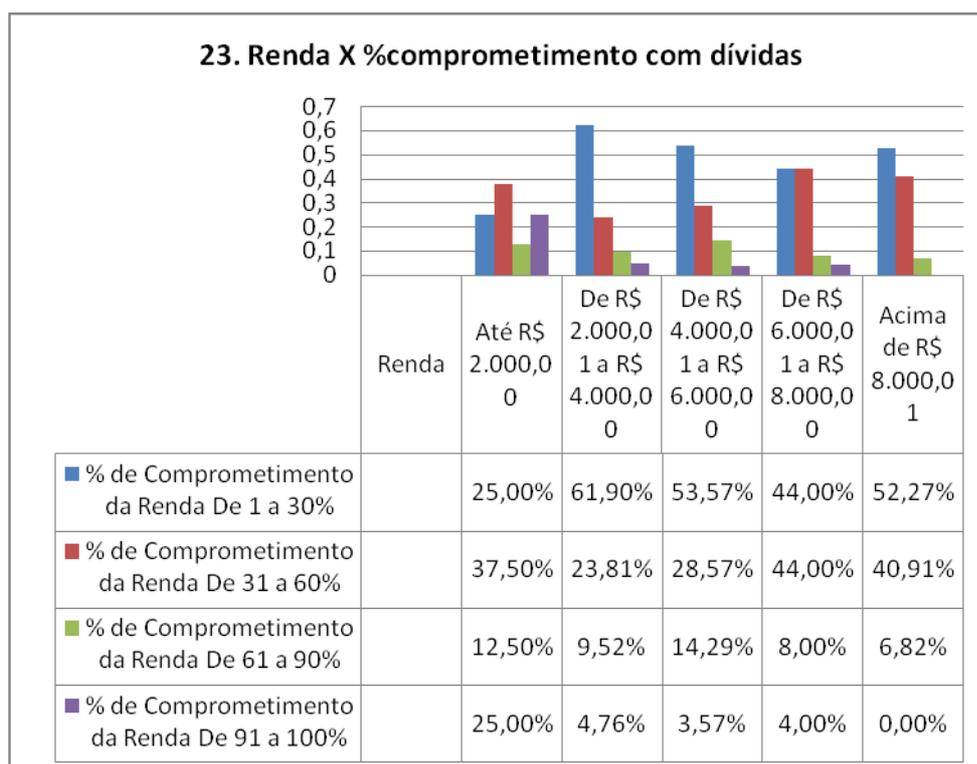
No entanto, entre os que se declaram endividados vemos que quando comparados com os não endividados eles tem um percentual maior da não utilização de algum tipo de controle financeiro (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Endividamento x Controle Financeiro

No quesito endividamento, vemos que a medida que aumenta a renda, diminui o percentual de endividamento. O maior endividamento se encontra no grupo de renda até R\$ 2.000,00 com 50% declarando-se como endividado. No outro extremo os que declaram possuir uma renda acima de R\$ 8.000,01 apenas 18,18% se declara endividado (Gráfico 22).

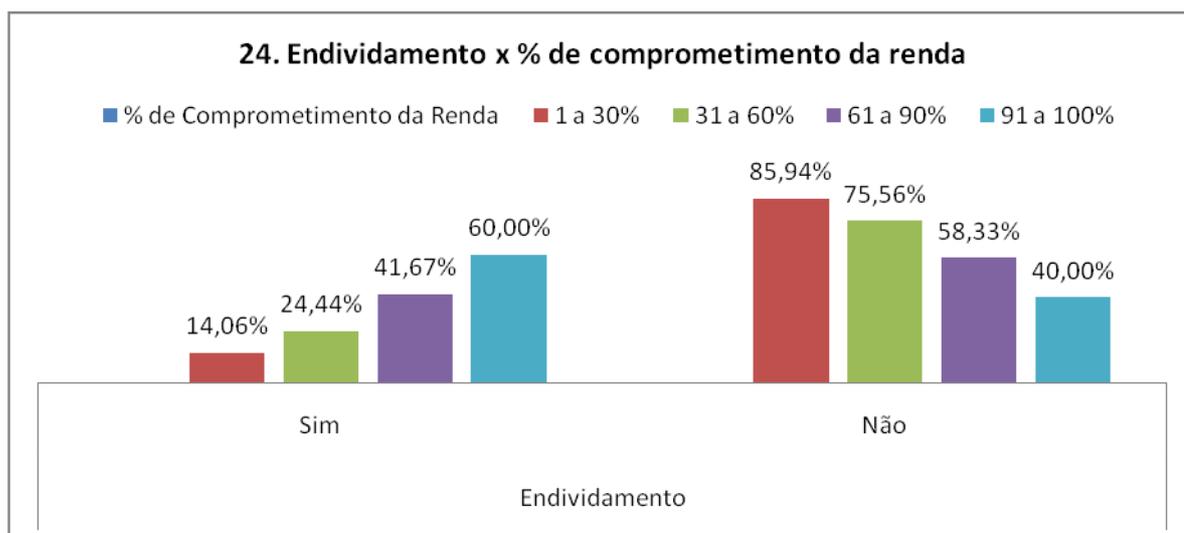
Gráfico 22 - Renda x Endividamento

O comprometimento da renda com dívidas é um fator importante a ser considerado. Sabe-se que quanto mais uma pessoa compromete sua renda, menor a disponibilidade de dinheiro para investir e conseqüentemente, maior a possibilidade de se endividar e entrar num estado de insolvência. Na amostra notamos que a medida que a renda aumenta, diminuiu o percentual da renda comprometido com dívidas, sendo o grupo com renda acima de R\$ 8.000,01 o que apresentou o menor percentual dentro da faixa de maior comprometimento da renda (91 a 100% da renda comprometida) com 0% (Gráfico 23).

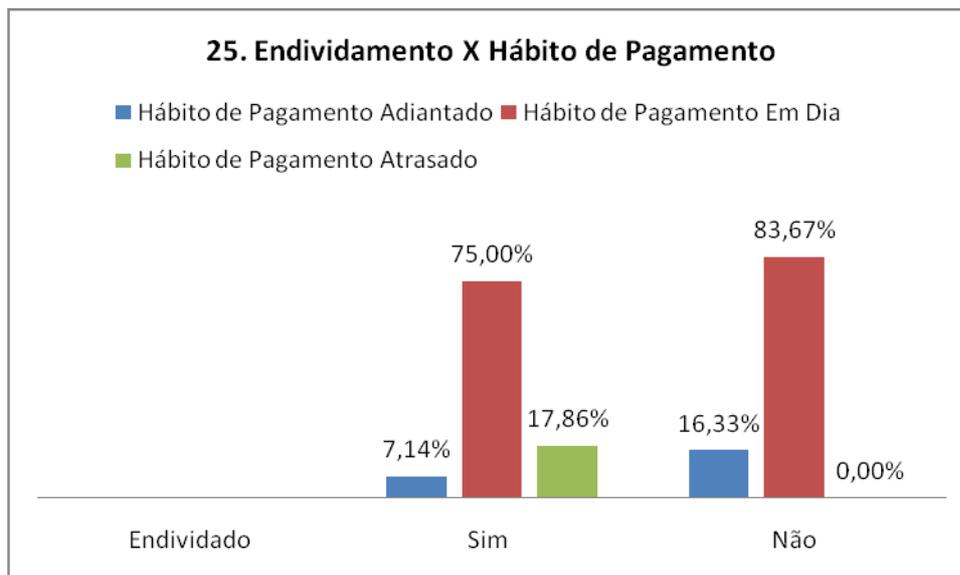
Gráfico 23 - Renda x % de comprometimento com dívidas

Comparando a percepção de endividamento com o % da renda comprometida, vemos claramente que entre os que se declararam endividados, o comprometimento da renda com dívidas é crescente. Por outro lado entre os que se declaram não endividados percebemos uma diminuição no % comprometido da renda com dívidas (Gráfico 24).

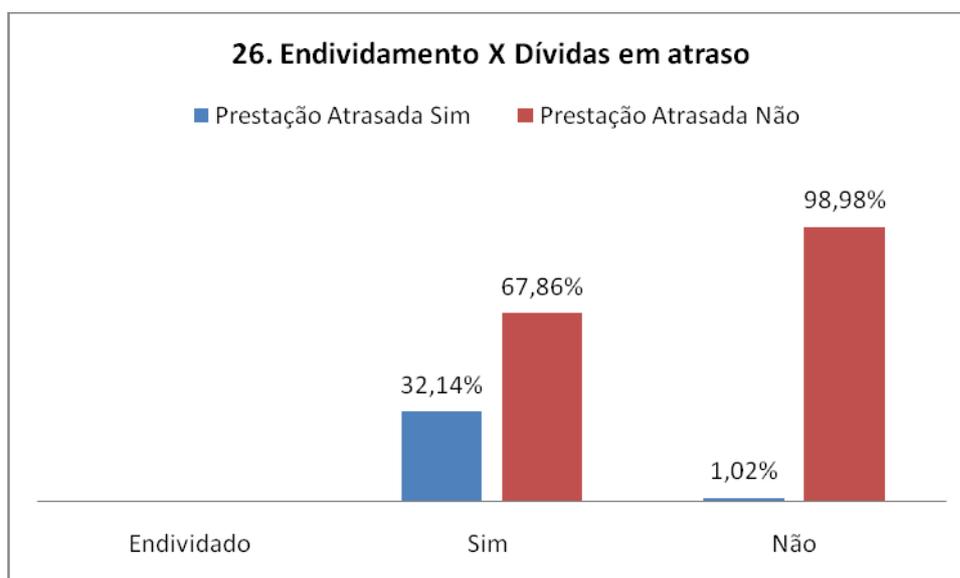
Gráfico 24 - Endividamento x % de comprometimento da renda líquida



O hábito de pagar as contas entre os endividados e não endividados também demonstra que entre os declarados não endividados, o hábito de atraso no pagamento de contas e conseqüentemente a não incorrência em despesas financeiras é nula (0%). Já entre os endividados, 17,86% afirmaram ter o hábito de realizar o pagamento das suas dívidas com atraso. Isso é preocupante pois acarreta em custos financeiros adicionais e caros devido as altas taxas cobradas (Gráfico 25).

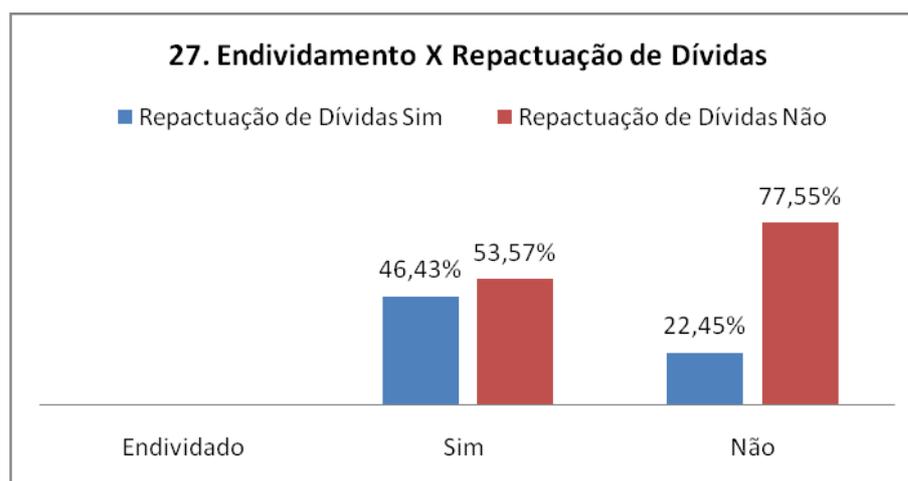
Gráfico 25 - Endividamento x Hábito de Pagamento

Comparando endividamento com presença ou ausência de prestações atrasadas vemos que entre os endividados a ocorrência de dívidas em atraso substancialmente maior chegando ser cerca de 30 vezes maior quando comparado entre os não endividados. Novamente isso é um fator de preocupação pelos custos financeiros adicionados, custos esses caros, pelas altas taxas de juro praticadas no mercado. Esses escapes de renda tendem a comprometer o planejamento financeiro das pessoas e das famílias no longo prazo (Gráfico 26).

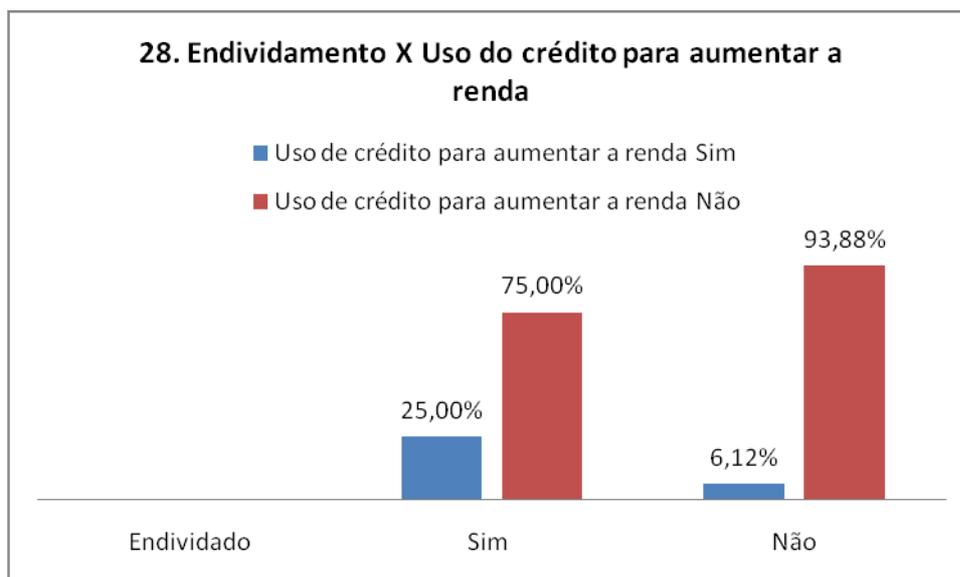
Gráfico 26 - Endividamento x Dívidas em atraso

Observando outra variável que costuma indicar o grau de controle financeiro é a necessidade de repactuar dívidas. Novamente, entre os endividados o percentual de repactuação de dívidas foi cerca de duas vezes maior que entre os não endividados ficando em 46,43% e 22,45% respectivamente (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Endividamento X Repactuação de Dívidas



Em relação ao hábito de usar o crédito (cartão de crédito, cheque especial, etc) para aumentar a renda pessoal mostra que os endividados apresentam um percentual quatro vezes maior que os não endividados. Esse hábito é errado e extremamente prejudicial para as finanças pessoais. Primeiramente porque a pessoa passa a contar como parte da sua renda um dinheiro que não é seu, tendendo a gastar mais do que pode, e com isso comprometer mais da sua renda no pagamento de dívidas. Em segundo lugar, o custo desse dinheiro é muito alto gerando encargos financeiros que podem vir a comprometer rapidamente a capacidade de pagamento das dívidas. Isso pode levar a pessoa a uma situação de insolvência ou a ter que renegociar as dívidas em condições não muito favoráveis (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Endividamento X Uso do crédito para aumentar a renda

Considerando os três blocos do questionário, vemos que o perfil da amostra revela um profissional com ganhos expressivos na sua profissão e um grande número de profissionais que dependem exclusivamente da renda provinda da sua atividade autônoma e praticamente com ausência de garantias e segurança em caso de problemas que levem a afastamentos temporários ou permanentes. No quesito conhecimento financeiro, vemos que há um grau de conhecimento básico, mas ao mesmo tempo erros na utilização dos mesmos seja por falta de um conhecimento mais profundo, seja por hábitos. Na relação de endividamento, vemos que apesar da renda da amostra analisada ser expressiva e digamos acima da média da população, o padrão de endividamento e provavelmente os hábitos e o desconhecimento de finanças que levam ao mesmo, em nada diferem dos constatados na população média brasileira.

Com isso, podemos ver que não há uma relação direta entre renda e endividamento, mas sim uma relação entre conhecimento financeiro e planejamento financeiro com o endividamento das pessoas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de um planejamento financeiro é essencial hoje em dia. Todas as pessoas precisam de mais ou menos recursos para poder viver bem, com segurança, aproveitando os prazeres que a vida pode proporcionar, sem gerar com isso problemas e preocupações financeiras que acabem afetando a qualidade de vida dos mesmos.

Através dos dados da pesquisa, fica claro que o perfil da pessoa é capaz de afetar a sua condição financeira independente da renda que a mesma dispõem. Há pessoas que são poupadores e esses tendem a ter, na maioria das vezes, um planejamento financeiro bem estabelecido e buscam colocá-lo em prático. Do outro lado, vemos oposto, um grupo de pessoas que são voltadas para o consumo que acaba por colocá-las em situações complicadas financeiramente. Ainda há entre esses extremos, pessoas que têm uma disposição para poupar, mas muitas vezes não possuem conhecimentos suficiente para realizar isso, e que também consomem parte da sua renda, mas com um consumo consciente.

Apesar do público da amostra ser de profissionais com curso superior e com um nível de renda acima da média da população brasileira, os problemas encontrados em relação ao planejamento financeiro, conhecimento financeiro e endividamento, pode se dizer, não diferem da média, em parte por falta da cultura de educação financeira advinda desde a família, passando pelos bancos escolares e universitários.

Nesse sentido, fica a sugestão da necessidade urgente da busca de conhecimentos financeiros para melhor gerirem seus ganhos e patrimônios de forma a aproveitarem a renda expressiva que os mesmos conseguem realizar na sua atividade profissional. Talvez fosse oportuno até mesmo a disponibilização a esses profissionais de um curso de gestão financeira voltada especificamente para a classe de cirurgiões-dentistas, buscando ensinar desde conhecimentos básicos a conhecimentos mais complexos como por exemplo gestão financeira de consultórios.

REFERÊNCIAS

AMADO, Mauro Dal Ponte. **Estudo das Finanças Pessoais** - Educação Financeira de Ingressantes na Universidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

ANDREZO, Andréa Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais**. São Paulo: Guazzelli, 2000.

ARAÚJO, M. A. & de PAULA, M. V. Q. LER/DORT: Um grave problema de Saúde Pública que acomete os Cirurgiões-Dentistas. **Revista APS**, v.6, n.2, p. 87-93, jul/dez, 2003. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Educacao1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.

BITENCOURT, Cleusa. **Finanças pessoais versus finanças empresariais, Brasil**, 2004. 85f. Dissertações (mestrado em economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BODIE, Zvi, MERTON, Robert C. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

BODIE, Zvi, MERTON, Robert C. **Finanças**. Tradução de James Sunderland Cook. Porto Alegre: Bookman, 2002. 448 p.

BUSETTI, Lucas. **Gerenciamento Financeiro Pessoal: Modelo de Planejamento e Controle para Construção Patrimonial**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CARLIN, Bruce Ian; ROBINSON David T. WHAT DOES FINANCIAL LITERACY TRAINING TEACH US? **National Bureau of Economic Research**, Working Paper 16271, Cambridge, August 2010. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w16271>>. Acesso em: 16 out. 2013.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: os segredos de quem tem**. São Paulo: Gente, 2003.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira: Inteligência Financeira na Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DE BARROS, Carlos Augusto Rodrigues. **Educação Financeira e Endividamento**. Disponível em: <http://www.fadergs.edu.br/esade/user/file/Carlos%20A_R_Barros.pdf>. Acesso em: 05 abril 2013.

EXAME. Endividamento das famílias bate recorde, mostra BC. Exame.com. - 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/endividamento-das-familias-bate-recorde-mostr-a-bc>>. Acesso em: 23 set. 2013.

EXAME. Percentual de famílias endividadadas recua em agosto, diz CNC. Exame.com. - 27 ago. 2013. Disponível em: < [ttp://exame.abril.com.br/economia/noticias/percentual-de-familias-endividadadas-recua-em-agosto-diz-cnc](http://exame.abril.com.br/economia/noticias/percentual-de-familias-endividadadas-recua-em-agosto-diz-cnc)>. Acesso em: 23 set. 2013.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: Produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

FOLHAINVEST. Mesmo com conta no banco, poucos poupam. Folha de São Paulo 16, set 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1342385-mesmo-com-conta-no-banco-poucos-poupam.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2013.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. 14.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HALFELD, Mauro. **Investimentos** - Como administrar melhor seu dinheiro. 3.ed. Paraná: Fundamento Educacional, 2007.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai Rico Pai Pobre**: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. 61.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KIYOSAKI, Robert T. LECHTER, Sharon L. **Pai rico**: o guia de investimentos. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LIMA, Iran Siqueira. **Fundamentos dos investidores financeiros**. São Paulo: Atlas, 2006.

MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro**: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MACHADO, Diego da M. **Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MALHOTRA, Karesh. **Pesquisa de Marketing**: Uma Orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Endividamento das famílias cresce pelo 5º mês seguido. O Estado de São Paulo - 30 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,endividamento-das-familias-cresce-pelo-5-mes-seguido-,1058754,0.htm>>. Acesso em: 23 set. 2013.

O ESTADO DE S. PAULO. Medicina é a carreira que melhor remunera, diz Ipea O Estado de S. Paulo - 04/07/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/im_presso,medicina-e-a-carreira-que-melhor-remunera-diz-ipea-,1049957,0.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

O HOJE. Ipea divulga estudo sobre carreira. O Hoje - 14 jul. 2013. Disponível em: <http://ohoje.hospedagemdesites.ws/homologacao_20052013/concursos/ipea-divulga-estudo-sobre-carreira/>. Acesso em: 23 set. 2013.

PORTAL DO INVESTIDOR. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo. Atlas, 1999.

ROCHA, Ricardo Humberto. VERGILI, Rodney. **Como esticar seu dinheiro: fundamentos de educação financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração: guia para pesquisas, estágios, projetos e trabalhos de conclusão**. São Paulo. Atlas, 1996.

ROSS, Stephen A. WESTERFIELD, Randolph W. JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SANTOS FILHO, S. B.; BARRETO, S. M. Atividade Ocupacional e Prevalência de Dor Osteomuscular em Cirurgiões-Dentistas de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: contribuição ao debate sobre os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. **Caderno de Saúde Pública**, v. 17, n. 1, Rio de Janeiro, jan/fev, 2001.

SAVOIA, José; SAITO, André; SANTANA, Flávia. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, n.41, p.1121-41, nov./dez. 2007.

SEGUNDO FILHO, José. **Finanças Pessoais: invista em seu futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

Site. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>>. Acesso em: 06 de nov. 2013.

Site. Disponível em: www.fundos.com/definicoes/fundos_04.htm Acesso em: 17 nov. 2013.

STONER, James A. F. FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

WERNKE, Rodney. Considerações acerca de aspectos atuais do cotidiano financeiro das pessoas físicas e jurídicas. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, volume 118, out. 2004, p. 65-71.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Planejamento Financeiro e Orçamento**. 4.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2004.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Exercícios de orçamento empresarial**. Porto Alegre: Novak, 2004.

Anexo 1 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA - Pesquisa sobre Finanças Pessoais

Esta é uma pesquisa sobre Finanças Pessoais e parte integrante do Trabalho de Conclusão do curso de Administração de Empresas 2013/2 da Escola de Administração, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGS). Gostaria de contar com a sua colaboração, respondendo algumas perguntas que levarão somente alguns minutos. Suas respostas não serão analisadas individualmente, de modo que será mantido total sigilo quanto às suas opiniões.

1. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira.

Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.

Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto.

Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

2. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro? Preencha as lacunas por ordem decrescente de importância. (discordo totalmente, discordo parcialmente, concordo parcialmente, concordo totalmente).

Em casa com a família.

Conversas com amigos.

Tive aulas sobre isso no colégio/faculdade.

Revistas, livros, radio, TV.

Minha experiência prática.

3. De que modo você acompanha as suas despesas e planeja o curto e o longo prazo?

Eu sei quanto eu ganho e sei, mais ou menos, no que eu gasto, por isso dificilmente perco o controle.

Pelo extrato do banco consigo visualizar onde eu pus meu dinheiro e o futuro só Deus sabe o que pode acontecer.

Mantenho uma planilha/software para controlar para onde meus recursos estão indo, de forma que eu consigo também planejar meus gastos futuros.

Não acompanho, pois ainda não tenho muitos recursos para administrar. Assim que eu começar a ganhar um salário/bolsa e acumular um patrimônio, vou começar a acompanhar.

Não acho necessário acompanhar meus gastos e menos ainda planejar o futuro.

4. Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se um casal tem guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a MENOS eficiente para o caso de eles precisarem do recurso com urgência?

Poupança

Ações ou Dólar

Conta-corrente

Bens (Carro, moto)

Bens (imóvel)

Fundos de Investimento

5. Supondo que você tenha recursos para investir, sem um prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo mais você se identificaria como aplicador?

- () Ações, pois me agrada a possibilidade de ter altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas.
- () Fundos de investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco.
- () Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento.
- () Bens (imóveis, terrenos...), pois a segurança para mim é a coisa mais importante.
- () Não sei qual a diferença entre os tipos de aplicação.

6. Pedro e Camila têm a mesma idade. Aos 25 anos, ela começou a aplicar R\$ 1.000,00 por ano, enquanto Pedro não guardava nada. Aos 50, Pedro percebeu que precisava de dinheiro para sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 2.000,00 por ano, enquanto Camila continuou poupando seus R\$ 1.000,00. Agora eles têm 75 anos. Quem tem mais dinheiro para sua aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?

- () Eles teriam o mesmo valor, já que na prática guardaram as mesmas somas.
- () Pedro, porque poupou mais a cada ano.
- () Camila, porque seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.

7. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

- () Não me preocupei com isso ainda.
- () Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo.
- () Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria.
- () Tenho planos de começar a poupar para isso.
- () Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria.

8. Entre duas pessoas que gastam a mesma quantia por ano nos seus cartões de crédito, quem pagaria mais em despesas financeiras por ano?

- () A pessoa que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- () A pessoa que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo quando está sem dinheiro.
- () A pessoa que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.
- () A pessoa que paga sempre só o mínimo.

9. Como você acha que agiria na mesma situação da questão 8?

- () Penso que minha atitude seria mais parecida com a pessoa da letra a.
- () Penso que minha atitude seria mais parecida com a pessoa da letra b.
- () Penso que minha atitude seria mais parecida com a pessoa da letra c.
- () Penso que minha atitude seria mais parecida com a pessoa da letra d.

10. João e Ricardo são jovens que têm o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 20.000,00. Quem pagou mais pelo bem?

- () João, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses.
- () Ricardo, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista.

11. Se você tivesse que tomar a mesma decisão, qual a melhor alternativa do seu ponto de vista?

- Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez João, assim usufruo o bem antes mesmo de pagar por ele.
- Poupar por 15 meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Ricardo.
- Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.

12. Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão)?

- Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia.
- Sim, tenho, mas não sei bem quando nem como irei pagá-las.
- Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las.
- Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

13. Como você aloca seus recursos? Assinale as opções que achar necessário.

- Despesas Gerais (alimentação, água, luz, telefone, moradia, plano de saúde, etc.)
- Despesas Pessoais (lazer, vestuário, etc.)
- Poupança e Investimento
- Financiamento e prestações para aquisição de bens
- Complemento do orçamento familiar (se você não é a principal fonte de renda, mas ainda assim ajuda em casa)
- Outros. Cite:

14. Quando você compra pensa em:

- Aproveitar uma oportunidade.
- Satisfazer uma necessidade.
- Atender um apelo de marketing.
- Status.
- Outros.

15. Ao realizar uma compra, você compra por quê?

- Planejou com antecedência.
- Tem necessidade.
- Está na promoção.
- Está em liquidação.
- Tem crédito pré-aprovado.
- Outros.

16. Atualmente você possui compras realizadas de forma parcelada? (crediário, crédito rotativo, cheque pré-datado cartão de crédito, etc)

- Sim.
- Não.

17. Como você costuma realizar suas compras a prazo?

- Nunca. Só compro à vista.
- Cheque pré-datado.

- Cartão de crédito.
- Crediário.
- CDC (empréstimo bancário).
- Empréstimo consignado.
- Outros.

18. Qual a forma que você utiliza com maior frequência para adquirir produtos de bens duráveis? (eletroeletrônicos, móveis, veículos, imóveis, etc)

- À vista.
- Financiamento bancário.
- Consórcio.
- Leasing.
- Empréstimo consignado.
- Cartão de crédito.
- Outros.

19. Qual o percentual da sua renda líquida mensal está comprometida com prestações/obrigações mensais?

- De 1% a 30%
- De 31% a 60%
- De 61% a 90%
- De 91% a 100%

20. Você se considera endividado?

- Sim.
- Não.

21. Em geral você costuma pagar as suas prestações/obrigações mensais...?

- Adiantado.
- Em dia.
- Atrasado.

22. Você possui prestações/obrigações em atraso?

- Sim.
- Não.

23. Você utiliza empréstimos como cheque especial, cartão de crédito ou outros para o pagamento de prestações/obrigações?

- Sim.
- Não.

24. Você faz uso do limite de cheque especial, cartão de crédito ou outras linhas de crédito como forma de aumentar a sua renda mensal?

- Sim.
- Não.

25. Você já repactuou (renegociou) prestação/obrigação alguma vez?

- Sim.
- Não.

26. Você costuma manter um controle sobre os seus gastos mensais?

- Sim.
- Não.

27. Como você realiza o acompanhamento dos seus gastos mensais?

- Não realizo.
- Caderno de anotações
- Planilha eletrônica.
- Extrato bancário.
- Fatura cartão de crédito.
- Comprovante cartão de débito.
- Outros._____.

28. Você faz investimentos? (poupança, renda fixa, renda variável, etc.)

- Sim.
- Não.

29. Qual a finalidade que você costuma dar para o seu 13 salário, férias, PLR (participação nos lucros e resultados) ou outro tipo de bonificação?

- Investe.
- Quita prestações/obrigações em atraso.
- Antecipa o pagamento de prestações/obrigações.
- Utiliza no período de férias.
- Outros.
- Não disponho de tais benefícios.

30. Atualmente seus investimentos representam quantos salários mínimos nacional, de R\$ 678,00?

- Nenhum.
- Até 1 salário (R\$ 677,99).
- 1 a 3 salários.
- 4 a 6 salários
- 7 a 9 salários.
- 10 a 12 salários.
- 13 ou mais salários.

31. No caso de perda total da sua fonte de rendimentos (salário, pró-labore, outros), por quantos meses você conseguiria manter o atual padrão de vida utilizando as suas economias?

- Nenhum.
- De 1 a 3 meses.
- De 4 a 6 meses.
- De 7 a 9 meses.
- De 10 a 12 meses.
- Mais de 12 meses.

32. Sexo

- Masculino
- Feminino

33. Idade

- Até 24 anos
- De 25 a 30 anos
- De 31 a 40 anos
- Acima de 40

34. Estado Civil

- Solteiro
- Casado/União Estável
- Separado/Divorciado
- Viúvo
- Outros

35. Qual a sua faixa de renda mensal pessoal?

- Até R\$ 2.000,00
- R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00
- R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000,00
- R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00
- Acima de R\$ 8.000,01

36. Qual a faixa de renda mensal da sua família?

- Até R\$ 2.000,00
- R\$ 2.000,01 até R\$ 4.000,00
- R\$ 4.000,01 até R\$ 6.000,00
- R\$ 6.000,01 até R\$ 8.000,00
- Acima de R\$ 8.000,01

37. Qual é a sua principal fonte de renda?

- Consultório próprio.
- Salário CLT.
- Emprego Público.
- Bolsa de Residência.
- Outros. _____.

38. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo voce ?

- 1 pessoa.
- 2 pessoas.
- 3 pessoas.
- 4 pessoas.
- 5 pessoas.
- Mais de 5 pessoas.

39. Qual o maior grau de escolaridade dos seus pais?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

- Pós-graduação Incompleto
- Pós-graduação Completo

40. Nível de Escolaridade:

- Ensino Superior Completo.
- Especialização/Mestrado/Doutorado.
- Outros.

41. Qual seu tempo de formado exercendo a profissão?

- 0 a 4 anos.
- 5 a 10 anos.
- 11 a 15 anos.
- 16 a 20 anos.
- 21 anos ou mais.

42. Qual sua(s) principal(is) ocupação(ões)?

- Autônomo.
- Empregado CLT.
- Empregado estatutário.
- Empresário.